

ARTIGO*O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações¹*

Cláudia Damasceno Fonseca

Doutoranda História Urbana Ecole Hautes Etudes en Sciences Sociales

Mariana tem sido objeto de investigação em diversas vertentes de estudos historiográficos, subsidiados pelas várias e numerosas fontes que dizem respeito à cidade. Este trabalho procurou privilegiar um aspecto até o presente pouco enfocado, ou seja, a morfologia urbana, a análise da gênese e da evolução da estrutura matenal da "primeira capital mineira". Reconstituindo as sucessivas configurações que a cidade de Mariana assumiu, em diferentes fases do seu desenvolvimento, buscamos compreender como e quando se formaram os elementos que integram o seu patrimônio, privilegiando a questão do traçado urbano.

Os documentos cartográficos que pudemos localizar, assim como outras formas de representação do espaço (fotografias, vistas urbanas em aquarelas, gravuras e pinturas), constituíram fontes essenciais para esta pesquisa. As informações retiradas desses documentos complementaram aquelas obtidas principalmente pela consulta da bibliografia existente sobre a cidade, na qual se destacam obras de Diogo e Salomão de Vasconcellos e do Cônego Raimundo Trindade, grandes conhecedores dos arquivos marianenses. O conjunto dos dados obtidos através dessas fontes foi "especializado" através de mapas-síntese de cada fase evolutiva identificada, onde foram

¹ Este texto constitui uma síntese de minha dissertação de Mestrado em Geografia Urbana intitulada "Mariana: gênese e transformação de uma paisagem cultural" defendida em junho de 1995 no Instituto de GeoCiências da UFMG. Nota dos Editores: este trabalho foi apresentado por ocasião dos festejos dos trezentos anos da cidade de Mariana. Por esse motivo, em caráter excepcional, ele pôde exceder o número de páginas definido nas normas.

² No entanto, deve ficar claro que este estudo não tem a pretensão de haver esgotado o assunto, que continua a ser trabalhado. Principalmente pelo fato de não termos podido ainda, consultar direta e extensivamente o vasto acervo de fontes primárias que se referem à Mariana, na maior parte manuscritas, produzidas nos séculos XVIII e XIX e conservadas em diversas instituições. A maior parte dos documentos aqui citados encontram-se no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, assim como algumas das representações iconográficas que procuramos analisar. A consulta e reprodução desses originais foi possível graças ao apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, a quem, mais uma vez, agradecemos.

destacados, também, os condicionantes geográficos (topografia e hidrografia).

Procuramos ver a questão da cidade colonial mineira por um ângulo diferente das abordagens "tradicionais", que comparam os núcleos coloniais castelhanos às implantações portuguesas, sublinhando o caráter "espontâneo" e irregular e sem planejamentos dessas últimas,³ seguindo o caminho já trilhado por pesquisadores como Nestor Goulart Reis Filho, Murilo Marx e outros,⁴ buscando determinar o papel desempenhado pelo poder religioso e pelas diversas instâncias do poder civil na constituição dos espaços urbanos e sua regulamentação.

Em se tratando de Mariana, esse ponto de vista se impunha pelo fato de ser um núcleo onde se verificou, num determinado momento, uma intervenção no seu desenvolvimento físico suficientemente forte para lhe conferir uma fisionomia diferente da de outros centros mineradores, apesar do seu passado "espontâneo" e irregular em comum. Assim, na primeira parte do trabalho tratamos dos primeiros tempos do povoamento, quando sua ascensão na hierarquia urbana e os modos de produção do seu espaço foram semelhantes aos de outros núcleos coloniais. Na segunda parte, procuramos analisar as peculiaridades da formação da cidade, buscando conhecer, em particular, o contexto histórico e as premissas do plano elaborado por José Fernandes Pinto Aipoim, em meados do século XVIII.

1. DE ARRAIAL À VILA DO CARMO

1.1 Os pioneiros do arraial do Carmo - instituições, parcelamento, configuração urbana

De acordo com a versão histórica defendida por Diogo de Vasconcellos, e oficialmente aceita,⁵ foi em 1696, no dia 16 de julho, na festa da "Virgem", que as bandeiras paulistas de Miguel Garcia e do Coronel Salvador Fernandes Furtado descobriram o rio, riquíssimo em ouro, que batizaram de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Segundo o historiador, o Cel. Salvador e sua comitiva se apossaram do ribeirão,

³ A partir do ensaio "O semeador e o ladrilhador", de Sérgio Buarque de Holanda (in *Raízes do Brasil*, primeira edição de 1936) vários outros historiadores, como R. Smith, adotaram esse ponto de vista que prevaleceu até os anos 50-60.

⁴ Cf. Principalmente Nestor Goulart Reis Filho, *Evolução Urbana do Brasil*, São Paulo, EDUSP, 1968, e Murilo Marx, *Cidade no Brasil: Terra de quem?* 1ª edição, São Paulo, EDUSP, 1991.

⁵ Em 1979, pela Lei n° 25, de 19 de outubro, o dia 16 de julho foi consagrado como o "Dia de Minas Gerais", data simbólica que festeja o início do povoamento de Minas Gerais, marcado pela fundação do Ribeirão do Carmo, hoje cidade de Mariana. Todos anos, nesta data, faz-se a transferência simbólica da capital do Estado para a cidade

repartindo as primeiras lavras, e logo ergueram algumas cabanas ao longo da praia, formando o núcleo primitivo, que tomou o nome de Mata Cavalos.⁶ Ali construíram a pequena e tosca capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo,⁷ que foi consagrada pelo capelão da bandeira, o Padre Francisco Gonçalves Lopes.

Como é sabido, durante o período colonial a Igreja e a Coroa tinham seus bens e seus papéis confundidos. Assim, esses desbravadores, encarregados do descobrimento das minas - ou pelo menos incentivados nesse sentido - pelas autoridades metropolitanas seguiam como "perfeitos cavaleiros de Cristo":

"Levam seus capelães, carregam em costa de burro altares desmontáveis e não se esquecem de rezar a missa ao tomar posse de um novo descoberto. Como os navegantes portugueses, que dois séculos atrás, plantavam padrões de pedra com a cruz nas praias a que aportavam, também erigam o cruzeiro no morro contíguo à volta do rio que pretendem lavrar."⁸

A simples cruz de madeira, e em seguida a rústica capelinha, eram o símbolo da sacralização, do domínio, da posse de um território antes considerado profano, porque desconhecido. Desde as primeiras implantações, a igreja era o foco e o elemento polarizador dos agrupamentos mineiros, em termos não somente sociais, mas também, e o que mais importa para esse estudo, espaciais.

A notícia do descobrimento logo se espalhou, e em pouco tempo o arraial já contava com uma população suficientemente numerosa, que lhe permitia pleitear o reconhecimento institucional de seu crescimento perante a Igreja e, ao mesmo tempo, perante o próprio Estado. Esse reconhecimento dava-se por meio da elevação de sua simples capela a outro patamar, o de paróquia ou freguesia, "o módulo da organização

⁶ "...o nome veio do fato de ser ali o terreno mole e alagadiço, onde teriam desaparecido, tragados pelo lamaçal, alguns dos primeiros animais que serviram nas minas" (Salomão de Vasconcellos, *O Palácio de Assumar*, Belo Horizonte, 1973).

⁷ Os historiadores de Mariana não forneceram muitas informações sobre esta primeira ermida "ereta no sertão do ouro para consolidar o ato da posse". talvez tenha sido erguida nos mesmos "chãos consagrados" onde o capelão da comitiva do Cel Salvador rezou a primeira missa. De acordo com Salomão de Vasconcellos (*Breviário Histórico e Tuístico da Cidade de Mariana*, Belo Horizonte, 1947), esta pequena capela de Mariana, "rústica, coberta de palhas" se situava "à margem direita do ribeirão, à meia encosta do morro, e junto à praia de Mata Cavalos". O historiador revelou (baseado em documentos de arquivos eclesiásticos) ser esse o templo a atual capela de Santo Antônio, depois de ampliações, reformas e mudanças de orago, tendo pertencido à Irmandade do Rosário, antes da construção de seu templo definitivo. Trata-se pois, de um dos poucos testemunhos dos primórdios de Mariana que sobreviveram à época atual.

⁸ Miran de Barros Latif, *As Minas Gerais*, Rio de Janeiro, 1978.

eclesiástica, como que sua unidade territorial".² Assim, em 1701, atendendo a uma solicitação feita em 1698, pelo Coronel Salvador Furtado, o Bispo do Rio de Janeiro criou paróquia na capelinha do Carmo e nomeou o primeiro pároco, o Padre Manoel Brás Cordeiro.

Os terríveis períodos de fome que assolaram a região, descritos no célebre relato de Antonil,³ vieram interromper, por alguns anos, o crescimento do arraial do Carmo, então maior e mais consolidado núcleo populacional da região.⁴ O primitivo aglomerado teria sido abandonado por duas vezes, entre 1697 e 1698, e depois entre 1701 e 1702.

Na segunda deserção, somente permaneceram Francisco Fernandes, alcunhado o "Vamos-Vamos" (que residia na margem esquerda do ribeirão, ao norte do arraial) e Manoel da Cunha, cuja cabana e datas minerais se situavam perto da foz do córrego Lavapés (hoje chamado seminário). Por volta de 1703, esses bens teriam sido vendidos aos outros primeiros desbravadores da região, o português Antônio Pereira Machado (fundador de Bonfim do Mato Dentro e Antônio Pereira), que se instalou no local e construiu, em 1703, "...logo ao pé de sua casa, ou pouco acima, no planalto, uma ermida consagrada à Nossa Senhora da Conceição; e tratou também de procurar o que os antecessores não tinham sabido achar. Ele era português e tinha ouvido referências sobre a forma como ocorriam as minas na Nova Espanha."⁵

Logo se difundiu a notícia do sucesso das explorações de ribanceira e terra firme empreendidas por Antônio Pereira, e com a volta dos antigos moradores e a chegada de novos aventureiros, "nova era sobreveio ao circuito do ribeirão". Segundo Diogo de Vasconcellos, o português permitiu a muitos trabalharem nas minas e morarem nas suas terras e, assim, em torno da ermida Conceição, renasceu o povoado

² Munlo Marx, op.cit. 1991.

³ Diogo de Vasconcellos. *História Antiga das Minas Gerais*. 4ª edição. Belo Horizonte 1974, vol. 2.

⁴ André Jose Antonil. "Cultura e opulência no Brasil por suas drogas e minas". Belo Horizonte, *Revista do APM*, 1899.

⁵ Seus moradores retornaram a São Paulo (os mais ilustres) ou fugiram em direção a locais onde fosse mais fácil o acesso das tropas de mascates (ltaverava) ou onde as condições naturais se mostrassem mais propícias a agricultura de subsistência e a caça, e dessa fuga nasceram outros povoados. Após esse período crítico, muitos senhores de lavras tornaram-se também fazendeiros transferindo o trabalho escravo para suas unidades agrícolas nos períodos de chuva quando se interrompia a maior parte dos serviços de minerar. O próprio Cel. Salvador Furtado, apesar de ter mantido relações no Carmo (foi um dos primeiros vereadores da vila criada em 1711), em 1703 estava estabelecido em outra mineração, em São Caetano, onde possuía também engenhos de cana, fazendas e fábricas de mantimentos. (Augusto de Lima Junior, *A capitania das Minas Gerais. Origens e Formação*, 3ª edição. Belo Horizonte, 1965).

⁶ Diogo de Vasconcellos, op.cit. 1974, vol. 1, p. 238.

"que recomeçou a ser denominado Arraial de Baixo, para se distinguir do de Cima (Mata Cavalos), que era dos bandeirantes, ou arraial velho."¹⁴

A questão da posse e da distribuição da terra é fundamental para a compreensão do processo de constituição, conformação e transformação dos espaços urbanos, pois "a paisagem urbana como que se desenha ou redesenha continuamente a partir, espelha a forma de ocupação do solo".¹⁵

No tocante ao espaço mineiro, segundo Diogo de Vasconcellos

"... no distrito de Minas descoberto num sertão bravo e devoluto a primeira propriedade que se nele constituiu nenhuma outra origem teve que a título de datas minerais. O chão, as casas as benfitorias compreenderam-se nestas datas. A guarda-moria portanto no exórdio do povoamento resumiu em si a única autoridade necessária e com razão de ser. Nenhuma lei também se respeitou, senão a desse instituto mantida e observada por interesses de cada um temendo a anarquia dos donatários".¹⁶

De fato, na região dos descobrimentos, as primeiras concessões de terrenos não se fizeram como em outras partes do Brasil, através de cartas de sesmarias; essas vieram depois, "como que a reboque das datas de mineração e dos primeiros acampamentos".¹⁷ Esse fato em muito contribuiu para o rápido processo de povoamento e para maior densidade populacional que se verificaram em Minas. Ao invés da "lêgua de quadra do sistema sesmarial, a data de mineração era medida segundo uma unidade bem menor, a "braça de quadra",¹⁸ e sendo que o número de atas a serem destinadas a cada concessionário dependia do número de escravos a serem empregados nos trabalhos. Se, como afirmou Laura de Mello e Souza,¹⁹ poucos foram em Minas Gerais os grandes senhores de escravos e lavras, é de presumir que poucas também tenham sido as grandes propriedades de terras mineiras, sempre excluídas das glebas concedidas em forma de sesmarias.

Mas, como observou Murilo Marx,²⁰ a conformação gregária que percebemos nas aglomerações coloniais e essa proximidade entre as

¹⁴ Idem, idem

¹⁵ M. Marx, op cit 1991

¹⁶ Diogo de Vasconcellos, op cit 1974, vol 1 p 164

¹⁷ M. Marx, Arraiais Mineiros - relendo Sylvio de Vasconcellos. *Revista Barroca*, Belo Horizonte n. 15, pp 389-393 1992

¹⁸ Uma lêgua corresponde a aproximadamente 6173 m, e uma braça equivale a 2,2m

¹⁹ Os *desclassificados do Ouro* 3ª edição Rio de Janeiro Ed. Graa, 1990 pg 27. A autora cita documento analisado por Sylvio Vasconcellos (*Mineidade: Ensaio de caracterização* Belo Horizonte, 1968) que calcula em três a média de escravos em Rio Acima e em São João del Rei, dos 96 proprietários, somente 7 possuíam mais de 12 negros

²⁰ M. Marx, op cit 1991

moradias e a polarização das mesmas, exercidas pelos edifícios religiosos - não se explica somente pelas leis do poder civil. Em Minas, como em outras partes do reino português, a Igreja desempenhou um papel fundamental na organização fundiária e espacial dos arraiais.

Esta ação do poder religioso se processava quando da constituição das capelas e de seus patrimônios, que era feita a partir de uma porção de terra por um ou mais detentores das glebas ou datas vizinhas, que se tornavam os padroeiros dos templos. Este donativo formava o patrimônio fundiário da capela e abrangia não somente o terreno necessário à construção do edifício propriamente dito, mas também da faixa de espaços livres nas proximidades, recomendadas pelas "Constituições Primeiras do Arcebispo da Bahia".²¹ Segundo a transcrição feita por Murilo Marx, a constituição de número 687 determinava que "... as igrejas se devem fundar, e edificar, em lugares decentes, e acomodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja Parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sitio alto, e lugar decente, livre de humidade, e desviado, quanto for possível, de lugares imundos e sórdidos..."²²

Portanto, um dos "valores espaciais mais queridos" das sociedades de mentalidade barroca,²³ que consistia em destacar as igrejas da paisagem, não era somente uma questão de lógica, ou tradição, mas significava a obediência a "...uma legislação clara a ser cumprida se se quisesse a sagração, ainda que de uma pobre capelinha, se se desejasse a sua aceitação e eventual promoção futura pela Igreja..."²⁴

Além do espaço destinado à igreja e seu adro, o patrimônio fundiário abrangia também uma porção de terreno destinado a gerar rendas para a capela, através do aforamento das parcelas próximas.

²¹ As "Constituições Primeiras" receberam esse nome porque foram, realmente, as primeiras leis codificadas e aplicadas na Colônia. Apesar de redigidas somente em 1707 (na Bahia, capital administrativa e também religiosa, sede do Arcebispado) continham disposições gerais da Igreja criadas muito anteriormente. Eram um conjunto de normas rigorosas, visando garantir a "uniformidade" e a clareza dos ritos necessários à Contra-Reforma definidos pelo Concílio de Trento" (1545-1563). Essas normas eclesiásticas estipulavam exigências bastante claras quanto à ereção de ermidas, capelas, capelas curadas, e demais locais sagrados, ditos "locais pios", e acabaram sendo bem mais determinantes para a conformação do espaço urbano colonial do que as vagas determinações civis das "Ordenações do Reino". (M. MARX, op cit., 1991).

²² M. Marx, op cit., p.22

²³ José Eduardo Horta Correia, "Urbanismo" in: Dicionário da Arte Barroca em Portugal Lisboa, 1989 apud Renata Malcher de Araújo, *As cidades da Amazônia no século XVIII*, dissertação de mestrado, FCSH, Universidade de Nova Lisboa, 1992.

²⁴ M. Marx, op cit., p.22.

Assim, a constituição de um patrimônio religioso definia não somente o terreno da capela primitiva, de seu adro e da área à sua volta, "... como ia, paulatinamente, e por vezes de forma muito rápida, desenhando por sobre os campos, uma série de parcelas [...] e, correspondentemente, uma série de caminhos comuns e vias".²⁵

Outras constituições tiveram consequências imediatas na paisagem e no traço dos arraiais. Recomendava-se por exemplo, que as igrejas paroquiais tivessem espaços livres em frente os adros - e ao redor, sem "casas particulares e outras paredes (sic), em distância que possam andar as procissões ao redor delas".²⁶ Esta recomendação, quando pôde ser atendida, ou seja, quando havia, ainda, espaços livres para tal, nos casos em que a aglomeração não se encontrava densamente ocupada - evidentemente se tornou um condicionante para o sistema de ruas e edificações em torno do templo.

Não dispomos de informações suficientes para conhecer as relações e prováveis superposições entre as datas minerais e os "lotes urbanos" do primitivo arraial do Carmo, criados por meio dos patrimônios religiosos. As dificuldades em se obter esses dados residem na falta de precisão das cartas de concessão de datas, assim como de documentos sobre a fundação dessas capelas primitivas. No Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, encontram-se conservadas três interessantes plantas dos arraiais de Sumidouro, São Caetano e São Sebastião (distritos de Mariana), datados de 1731, que ainda requerem um estudo mais detido. Esses documentos mostram várias construções com lotes delimitados, de formas primitivas do quadrado e, no caso de São Caetano, vemos que os assentamentos se localizam nas imediações dos serviços de minerar.

No Arraial de Cima, ao longo da antiga estrada²⁷ que levava ao arraial do Ouro Preto, surgiu uma outra linha de ocupação, subindo a encosta e formando o núcleo de São Gonçalo. A parte "urbanizada" desse caminho, que penetrava no arraial de Cima, era chamada rua Nova²⁸ ou rua de São Gonçalo, pois conduzia à capela de mesmo nome.²⁹

Não se sabe a data exata da fundação da capela de São Gonçalo, da qual, há décadas, só restam os alicerces, "muros

²⁵ Idem, p. 41.

²⁶ Idem, p. 26.

²⁷ A picada inicial deste caminho havia sido aberta por volta de 1700, pelo Cel. Salvador Fernandes (Diogo de Vasconcellos, op. cit., vol 1, p. 174).

²⁸ Apelação comum dada pelos portugueses a novos arruamentos criados nos anos 1740, seria criada em Mariana outra rua do mesmo nome, que corresponde à atual rua D. Silvério

²⁹ Salomão de Vasconcellos, *Mariana e seus templos*, Belo Horizonte, 1938

enegrecidos e velhos degraus de pedra",³⁰ reflexo da decadência, do abandono que caiu essa parte do arraial, a partir da construção da "parte nova", em meados do setecentos. Mas segundo documentos citados pelo Cônego Trindade,³¹ a ermida foi construída e paramentada "com ouros e dinheiros" da irmandade, e havia sido dotada de patrimônio pelo seu padroeiro, o Capitão Manoel Cardoso da Cruz, "numas casas situadas em sua lavra". De acordo com o historiador, essas casas, em consequência de explorações minerais, foram demolidas, e a viúva do capitão fez construir outras, junto às suas, "ao fim da rua Direita, em direção à dita capela, e nelas reconstituía o primitivo patrimônio por escritura de 3 de dezembro de 1761". Esse núcleo constitui, portanto, um caso inequívoco de ocupação urbana realizada nos próprios terrenos das explorações, ou seja, sobre datas minerais.

Na confluência da rua de São Gonçalo com a rua direita de Mata Cavalos, ficava o Largo da Quitanda,³² de onde saía, na direção leste, uma ladeira (chamada mais tarde "dos quartéis" ou dos "açougues") que, depois de transpor a ponte de Manoel Ramos (sobre o antigo córrego do Catete), tinha continuidade por uma rua "das mais povoadas", paralela ao ribeirão: a rua do Piolho.³³ Essa via, apesar do nome um tanto pejorativo, segundo Diogo de Vasconcellos, era habitada por "pessoas notáveis", talvez por se tratar de uma continuação da rua Direita (primitiva), que foi o local de residência dos primeiros "nobres", bandeirantes paulistas. Era a rua do Piolho que fazia ligação entre o arraial velho (de Cima) e a Conceição, pois a atual Direita "era então um simples caminho, mal preparado, sem a ponte [Ponte de Areia] atual"³⁴ e conhecido como "caminho de cima". Segundo Sebastião Vasconcellos, essa via passava pela chácara de Antônio Pereira, e teria sido, originalmente (por volta de 1715), um simples rego destinado a levar água aos seus lavrados junto à praia.³⁵

³⁰ Salomão de Vasconcellos, *Breviário Histórico e Turístico da cidade de Mariana*. Belo Horizonte, 1947.

³¹ Cônego Raimundo Trindade *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Rio de Janeiro, MEC/SPHAN, Publicação nº 13, 1945.

³² Como o nome indica devia ser a praça do "mercado" o local onde os tropeiros percorriam a região e vendiam suas mercadorias. No local não existe mais algo que possa considerar, propriamente, "um largo" sendo portanto, difícil de se conhecer sua exata conformação. Esse largo foi representado de formas diferentes nos ensaios de constituição da trama urbana realizada por Salomão de Vasconcellos (op. cit. 1973 e 1974).

³³ Diogo de Vasconcellos, op. cit., 1974.

³⁴ Idem.

³⁵ Salomão de Vasconcellos, *Breviário Histórico e Turístico de Mariana*. Belo Horizonte, 1947.

Atravessando a ponte sobre córrego Lavapés, (ou do secretário, atual córrego do Seminário), a continuação da rua do Piolho dava acesso também ao bairro Secretário (atual Santana), que recebeu esse nome devido a José Rabelo Perdigão, secretário do governador Artur de Sá, que ali construiu sua Chácara do Bananal. Seguindo por essa direção chegava-se à Cachoeira, e depois continuava o caminho para os arraiais do "Ribeirão Abaixo" (Sumidouro, São Caetano e São Sebastião)

Portanto, por volta de 1709-1710, pouco tempo depois da "reconquista" do Carmo, o arraial já havia se expandido bastante. Essa expansão fora de início, apenas na direção leste-oeste, margeando o ribeirão e uma das estradas que atravessava o povoado (a que ligava a Vila Rica aos núcleos do "Ribeirão Abaixo"). Por esse tempo, o povoado já transpunha o ribeirão,³⁶ se estendendo sobre os morros dos Monsus³⁷ e ao longo do outro caminho que cortava e que conduzia na direção norte, ao arrabalde de "Vamos-Vamos" e ao Mato Dentro. Brevemente iria se expandir também na direção sul desse mesmo caminho, que levava à *Itaverava*, e que começava ao lado da capela da Conceição, o chamado "caminho de fora".³⁸

Nessa época, Antônio Pereira obteve a concessão de uma sesmaria, por intermédio do governador Antônio de Albuquerque, para compensar os prejuízos sofridos pela invasão de suas terras. Essa sesmaria tinha a medida igual a medida de meia légua em quadra e provavelmente abrangia a área onde se construiu mais tarde (1743-1749), a estrutura urbana do atual "Centro Histórico" de Mariana. Segundo Diogo de Vasconcellos,⁴⁰ porém, a concessão não resolveu o problema, pois os moradores não aceitaram pagar aforamentos, alegando posse anterior, e os novos moradores também não se sujeitaram às imposições, o que não é de se estranhar, naqueles povoados sem administração ou justiça constituídas.

³⁶ De acordo com registros do Livro de Foros da Câmara, depois de Rebelo Perdigão, nessa chácara habitaram os secretários dos sucessivos governadores (de D. Brás Baltazar e do Conde de Assumar); e assim tornou o córrego o nome de Secretário, como foi conhecido muito tempo, sendo hoje do Seminário" (Salomão Vasconcellos op. cit. 1947)

³⁷ Em 1713 foi construída a ponte definitiva, que ficou conhecida durante mais de dois séculos como a "Ponte de Tabuas", até que, neste século, foi rebatizada por Alphonsus de Guimaraens, em homenagem ao poeta que viveu na cidade.

³⁸ Esse nome seria devido a dois de seus primeiros moradores, que sendo franceses, se tratavam de *monsieur*, e o povo os chamava os Monsius, os Monsus. Esses depois moraram em São Caetano, onde também deixaram o nome de Monsus. Em meados do século XVIII, o morro e o bairro construído sobre sua encosta tomaram o nome de Rosário, a partir da construção da igreja da irmandade (Diogo de Vasconcellos, op. cit., 1974)

³⁹ Diogo de Vasconcellos, op. cit. 1974

⁴⁰ Idem

1.2. A criação da Vila do Carmo - o poder civil e seus espaços

Segundo os historiadores, em 1711 o Carmo já contava com uma população numerosa, que justifica a ascensão da paróquia a um novo patamar:

"Crescendo sua expressão populacional, econômica e edificada, terá aumentado sua aspiração a outra categoria institucional, a outro tipo de reconhecimento por parte das sociedades organizadas, em meio à divisão territorial estabelecida pelos poderes constituídos, enfim, por parte do Estado. A sua aspiração seguinte seria constituir não mais um embrião oficial, a célula menor eclesiástica e administrativa, porém algo mais [...] seria alcançar a autonomia política e administrativa, seria passar a constituir a sede de município, passar a zelar por si mesma, aglomeração, e por um território próprio correspondente que lhe seria designado, o seu termo".⁴¹

Em abril daquele ano o povoado foi elevado à categoria de Vila e, em seguida, o mesmo sucedeu à Vila Rica e à Barra do Sabará. No Carmo, a primeira Câmara, eleita pelos "homens bons" do povoado, funcionou, provisoriamente, na casa de um dos mais antigos moradores, Pedro Frazão, na primitiva rua Direita.⁴² O edifício, apesar de bastante deteriorado, ainda existe, sendo a maior residência da antiga rua Direita, atual Rosário Velho.

Quando da criação de uma vila, a determinação de seu termo,⁴³ ou seja, da área do novo município, era uma das providências a serem tomadas, assim como a delimitação do rossio. Esse último constituía o terreno público da vila, que competia à Câmara administrar, seguindo as vagas orientações das Ordenações do Reino. A demarcação dos rossios "era uma tradição medieval regulamentada pelas ordenações lusitanas" e visava garantir uma área para o usufruto comum dos habitantes (locais públicos, terrenos para plantações, pastagens) e para servir às necessidades futuras de expansão da nova vila.⁴⁴

Esses terrenos eram constituídos por glebas solicitadas pela Câmara ao rei, de doações que, muitas vezes, levavam bastantes tempo para serem confirmadas.⁴⁵ O caso da Vila do Carmo foi diferente do

⁴¹ M. Marx, op. cit., 1991, p.52.

⁴² Salomão de Vasconcelos, *Mariana e seus templos*. Belo Horizonte, 1938.

⁴³ O termo Vila do Carmo era bastante extenso, abrangendo os sertões do Rio Pomba, Muriaé e Doce, chegando às fronteiras do Rio de Janeiro, segundo Washington Peluso Albino de Souza, "As condições das vilas e cidades de Minas Gerais" in: *Ensaio sobre o Ciclo do Ouro*. Belo Horizonte, UFMG, 1978, p.1-145.

⁴⁴ M. Marx, op. cit., 1991.

⁴⁵ Muitas vezes, os rossios levavam muito tempo para serem efetivamente demarcados, ou isto era feito de maneira imprecisa, o que causava querelas pela posse de terrenos e suscitava muitas dúvidas na cobrança dos foros. Esse foi o caso de Mariana, conforme

usual: a terra para seu rossio, ou pelo menos a metade do que era em geral concedido (uma légua em quadra) foi cedida à Câmara por Antônio Pereira (já resignado em relação à perda de sua sesmaria de meia légua), em troca de alguns favores reais, como cargo vitalício de Escrivão da Câmara e um título de nobreza. É o que comprova a ordem régia de 11 de março de 1721, dirigida ao Conde de Assumar:

"Faço saber a vós (...) que o capitão Antônio Pereira Machado, morador na Vila do Carmo dessas Minas, me representou que ele fora o primeiro povoador da dita terra, comprando muitas delas a alguns homens que a tinham fabricado e se mudaram para outras em que esperavam maiores lucros e fizera o suplicante as ditas compras por grandes quantias de ouro (...) e pela fertilidade da terra vieram concorrendo a elas muitos moradores e edificaram casas nas terras, lavradas de ouro em que o suplicante tivera uma considerável perda (...) e o Capitão General Antônio de Albuquerque (...) dera ao sup. meia légua de sesmaria em quadra nas ditas terras: mas que erigindo-se ao depois disso a vila que ao presente existe e se vai aumentando cada vez mais, e o sup. cedeu graciosamente ao Senado da Câmara a dita meia légua de terra em quadra para seu logradouro e rócio e por essa dádiva o sup. ficou muito falto em bens, sem terras para plantar mantimentos para a sustentação da mulher e dos filhos; e por esses serviços feitos em grande utilidade de minha Coroa e Fazenda, pois se estabeleceu a maior vila que há nas Minas, o que pela sua grandeza assiste nela o Governador (...) me pedia lhe fizesse mercê da propriedade de escrívão da Câmara da dita Vila, e do hábito de Cristo com doze mil réis de taxa efetivos para quem se casar com uma de suas filhas..."⁴⁶

Nos autos de ereção das vilas coloniais, determinava-se que fosse estipulado um local adequado para a construção da casa de Câmara e cadeia e do pelourinho, esse último constituindo o símbolo da justiça e da autonomia do município. Da mesma forma, eram feitas exigências e recomendações em relação à igreja Matriz, se ela ainda não existisse ou se não estivesse construída de maneira satisfatória. Na carta de criação da Vila do Carmo, entretanto, trata-se essencialmente do financiamento dessas obras. As considerações de caráter estético e funcional sobre a forma do núcleo urbano só apareceriam na documentação oficial mais tarde:

"Aos 8 dias do mez de abril de 1711, nas casas em que mora o Sr. General Capitão Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, achando-se presentes em Junta Geral, que o dito Sr. chamou para este dia as pessoas e moradores principaes d'este districto do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, lhe fez presente o dito Sr. que na forma das Ordens de S. M., a quem Deus Guarde, tinha determinado levantar Villa n'este Districto e arraial, por ser o sitio mais capaz para ella e como para erigir era

alguns documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, datados de 1749 e 1750 (AHU, "Minas Gerais", ex. 53, docs. 18 e 28, e cx.55, doc 18)

⁴⁶ Citada por Diogo de Vasconcellos, op. cit., 1974, vol 2, p. 247-248.

conveniente e preciso concorrerem os ditos moradores para a Fabrica da Igreja e Casa da Câmara e Cadeia, como era util e pertencia a todas as republicas, deviam elles ditos moradores, cada um conforme suas posses, concorrerem para o dito feito, com aquele zelo e vontade que espera de tão bons vassallos do dito Senhor; e assim deviam n'este particular dizer o que entendiam, sujeitando-se a viverem com aquella boa forma, que são obrigados. ...⁴⁷

A capelinha da Conceição havia sofrido, em 1707, uma primeira ampliação e ali o Padre Manoel Braz já vinha oficiando de preferência, por se encontrar o templo "no arraial de baixo, na esplanada, em lugar mais cômodo ao culto".⁴⁸ Em 1712, depois de criada a Vila, "... e determinando a Coroa que a Câmara concorresse com o necessário para a construção da Matriz, foi a capela da Conceição escolhida para esse fim, por se achar em sítio mais apropriado, com maior largueza, melhor servindo, portanto, à população nascente."⁴⁹

Com a doação feita por Antônio Pereira, o terreno onde se encontrava essa capela incluía-se no rossio, nas terras doravante consideradas livres, emancipadas e independentes de senhorio particular ou, em outras palavras, em terras públicas; era o que faltava para que ela fosse oficialmente considerada a Matriz do povoado, segundo leis eclesiásticas. A capela recebeu mais uma reforma e ampliação, entre 1712 e 1718, dentro do processo tradicional: a primitiva capela sendo transformada em capela-mor, (ou nesse caso, em sacristia), e corpo da igreja crescendo em direção à fachada principal.⁵⁰

Segundo Diogo de Vasconcellos, atrás da igreja da matriz "...corria um valo que separava o campo da vila e sobre esse valo uma porteira fechava o recinto do povoado, dando passagem para o caminho principal, que vinha de fora, do Rio e São Paulo, passando por *Itaverava* e, cortando a vila, seguia-se para Mato Dentro. Nesse caminho que depois se chamou Olaria, foi se estendendo a povoação". No início dessa via (trecho que se chamaria, mais tarde, rua da Intendência), no local onde seria construído, no século seguinte, o teatro da cidade, havia um "rancho que a princípio servia às tropas que entravam pelo caminho do *Itaverava*." O valo era, possivelmente, uma linha divisória do rossio, do território da vila e constituía uma marca urbanística, que limitava e "afastava" o mundo rural, um contorno com a qual "a cidade defendia

⁴⁷ Citado por Diogo de Vasconcellos: *História do Bispado de Mariana*, Belo Horizonte: 1935

⁴⁸ Salomão de Vasconcellos, op. cit. 1947

⁴⁹ Salomão de Vasconcellos, op. cit. 1938

⁵⁰ Salomão de Vasconcellos, op. cit. 1937

⁵¹ Diogo de Vasconcellos, op. cit. 1974

sobretudo as próprias convicções de sua função e feições urbanas",⁵² desempenhando, assim, o mesmo papel dos frágeis baluartes de alguns núcleos coloniais brasileiros.

O rossio, como foi dito, tinha finalidades várias, podendo ter uma parte dividida em parcelas, doadas ou aforadas pelas Câmaras. Tem-se, sobre essas parcelas aforadas a partir de chãos públicos, muito mais informações e documentos do que sobre aquelas desmembradas dos patrimônios religiosos, abordados anteriormente. Os seguintes termos de aforamento, de 1718, transcritos de um dos Livros de Tombos da Câmara de Mariana, exemplificam o funcionamento desse sistema:

"Domingos Colaço [...] morador nesta Vila do Carmo [...] paga à Câmara della tres coartos de buro cada anno, de fôro de braça e meya de chãos em que tem duas casas, à rua Direyta, perto do Palacio. etc"

"Matheus Colaço [...] paga à Câmara hua outava e coatro vintens de ouro cada anno, de fôro de duas braças de chão, em que tem duas cazas, em duas cazas, na rua Direyta, junto do Palácio, da banda do sul, confrontadas por uma parte com o mesmo Palácio" ⁵³

Uma braça correspondendo a 2,2 metros, parece, à primeira vista, que os terrenos então aforados eram pequenos, o que, na maior parte dos casos, não é verdade: o que se especificava eram somente as dimensões da frente, da testada das parcelas: os fundos e, conseqüentemente, as superfícies,⁵⁴ não eram definidos. Com frentes tão estreitas, nos centros urbanos as construções se colocavam umas às outras, enquanto que nos arrabaldes havia propriedades maiores, como chácaras e fazendas

Não sendo mais o Carmo um simples acampamento, ou arraial de mineradores - quando pouco importava sua aparência física - os primitivos e os "caóticos" núcleos de São Gonçalo e Mata cavalos pareciam condenados a um crescente abandono. Primeiro, pela perda de sua referência maior, com a destituição da capelinha bandeirante de N. Sra do Carmo de seus foros de Matriz, em favor da Conceição. Em seguida, pela instalação de todos os novos e necessários edifícios públicos também no "arraial de baixo". Da mesma forma, as novas moradias passaram a localizar, preferencialmente, no "novo" núcleo, que se expandia rapidamente. O "arraial de cima" guardou, assim, sua imagem primitiva, praticamente "congelada" durante muito tempo, sem no entanto, jamais ter merecido alguma providência no sentido de sua

⁵² Nelson Omega, *A cidade colonial* apud Suzy de Mello *Barroco Mineiro*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p 66

⁵³ Os documentos, segundo Sal de Vasconcellos (op cit 1973) se referem ao Palácio de Assumar (Cf páginas seguintes)

⁵⁴ M Marx op cit 1991

preservação, provavelmente devido à singeleza das construções.

Transformado um arraial em vila, se aconteciam mudanças físicas, essas não se davam de forma imediata. O povoado mantinha o "tipo de vida modorrento" e a "feição acanhada" que o caracterizava em seus primórdios. Continuava a predominar a disposição irregular de suas casas, o "côrrer de ruas mal delineadas, tortuosas e inconstantes na largura, de pequenas travessas, de terrenos que parecem escorregar desalinhadamente".⁵⁵ Na vila do Carmo, de fato, as mudanças mais radicais em seu aspecto físico ainda demorariam alguns anos para acontecer.

Entretanto, foram construídos, nessa época, vários edifícios marcantes e alguns logradouros ganharam importância. O terreiro da capelinha da Conceição, agora transformado em Largo da Matriz, adquiria uma estudada forma quadrangular e passava a abrigar não somente a principal igreja, mas outros símbolos do poder colonial, colocados bem junto à praça ou em suas proximidades, e acentuando seu valor de polarização. No centro desse espaço assentou-se o toco pelourinho, cuja construção representou a primeira despesa da Câmara. A Cadeia foi colocada, também perto da matriz (tendo em frente uma capelinha que servia aos presos). Já a Câmara mudou de endereço várias vezes, tendo seu prédio definitivo construído muitas décadas depois, em outro logradouro, como será mostrado mais adiante. Posteriormente, a Casa da Intendência, assim como as dos Juizes de Fora seriam instaladas (por volta de 1730) em edifícios localizados na rua lateral à matriz, no trecho inicial do caminho de Itaveravava (o "caminho de fora"), que passou a se chamar Rua da Intendência.⁵⁶

Além da praça, outros locais próximos à matriz das vilas tendiam, com o tempo, a se valorizar.⁵⁷ A atual rua Direita, a mais "nobre" das vias Setecentistas de Mariana, era, então, apenas o "caminho de cima" como foi mencionado; seus sobrados bem cuidados só foram construídos décadas depois da criação da Vila. Mas, a partir da mudança da matriz para a capela da Conceição, o antigo caminho ganhou importância; a utilização repetida do nome "Direita", se justifica, segundo Diogo de Vasconcellos, por um costume secular de atribuí-lo à via principal que dava acesso à matriz dos povoados (mesmo sendo seu traçado, em geral, irregular). Transferindo-se a matriz de Mata Cavalos para o "arraial de baixo", transferiu-se conseqüentemente a Rua Direita.⁵⁸

⁵⁵ Idem

⁵⁶ Salomão de Vasconcellos, op. cit., 1947

⁵⁷ M. Marx, op. cit., 1991.

⁵⁸ Diogo de Vasconcellos, op. cit., 1974

De fato, de acordo com o professor Horta Correia, a rua direita das implantações portuguesas vem de "directa", tratando-se da "principal via de acesso ao núcleo mais significativo",⁵⁹ constituído, em geral, pela praça da matriz.

Essa rua foi o logradouro escolhido para a pretendida residência oficial dos governadores.⁶⁰ O Palácio do Governadores foi o primeiro edifício assobradado e coberto de telhas da Vila, graças à criação, em 1713, da Olaria do Carmo, no "caminho de fora" (caminho para *Itaveravava*). A partir daí, essa via passou a ser chamada Rua da Olaria. Próximo a esse caminho ficava a Chácara do Quintanilha, que, como a fazenda do Bucão, eram localidades ao longo das estradas que levavam à cidade.⁶¹

Na porção sul da Vila, atrás da Matriz, construiu-se, por volta de 1715, um grande edifício onde, em 1717, o terceiro governador, Pedro de Almeida, Conde de Assumar, veio residir (pois o palácio da rua Direita fora adquirido pela Câmara). O edifício foi erguido "em colina ainda sem arruamento", localizando-se "à beira do campo",⁶² ou seja, nas fronteiras do rossio. O "Palácio de Assumar, como ficou conhecido, tinha como limite os fundos da rua Direita.

Em 1711, por Carta Régia, haviam sido criadas as Companhias de Cavalos, cujo núcleo inicial foi instalado na Vila do Carmo. Por ordem do governador, construiu-se a partir de 1719, o "belo Quartel dos Dragões do Conde de Assumar", próximo à sua residência, ocupando os mesmos chãos onde seria construído o prédio definitivo da Câmara, décadas depois.⁶³ Esses terrenos, fora da vila, eram de propriedade da Coroa e foram, até 1744, ocupados por esse quartel e pelos "ranchos da Campanha dos Dragões e os pastos para a cavalhada".⁶⁴

Próximo ao quartel instalou-se, onde hoje existe a praça Gomes Freire, um bebedouro para os cavalos, que ainda pode ser visto no local. Esse logradouro, na época, era conhecido como "Largo da Cavalhada", não exatamente em referência aos cavalos dos Dragões, mas por ser local onde "... se processavam as festas populares desse nome, os curros e as touradas então em uso, em regozijo pelo nascimento ou casamento dos sereníssimos príncipes ou princesas reais, pela entrada

⁵⁹ José Eduardo Horta Correia, op. cit.

⁶⁰ A Vila do Carmo, pelo desejo de Antônio de Albuquerque que deveria se tornar também sede da capitania de São Paulo e Minas, segundo Salomão de Vasconcellos op. cit. 1937, em meados do século XVIII este edifício já estava em ruínas.

⁶¹ Salomão de Vasconcellos, op. cit. 1947.

⁶² Diogo de Vasconcellos, op. cit., 1935.

⁶³ Salomão de Vasconcellos op. cit., 1947.

⁶⁴ Salomão de Vasconcellos, op. cit., 1937.

dos governadores, e por outros acontecimentos retumbantes".⁶⁵ De acordo com outro historiador marianense, o Largo da Cavallhada "era um simples campo descuidado, onde as companhias de circo de cavalinhos se acampavam para espetáculos noturnos".⁶⁶ Ou seja, era onde se realizavam as cerimônias de cunho profano, certamente proibidas no mais diminuto Largo da Matriz, local cuja utilização era inevitavelmente regulamentada pelas Constituições do Arcebispado.⁶⁷ Não se tem referências sobre a criação e delineamento desse logradouro, sobre essa data e a origem de seu risco regular, que pode ter sido feito ainda no tempo da Vila. Esse espaço recebeu, ao longo da história da cidade, vários nomes e remodelações, seguindo as sucessivas "modas urbanísticas", porém constituindo sempre um importante lugar de sociabilização de Mariana.

Paralela à rua da Intendência, que se prolongava na da Olaria, esse largo era tangenciado por um outro caminho que, consolidado, seria chamado de rua das Cortes, ou dos Cortes.⁶⁸ Nessa rua, seria construída, por volta de 1734, a Casa de Fundação do Carmo. A via se prolongava até o "Morro da Forca", margeando o terreno dos pastos da tropa dos "Dragões".⁶⁹

Como observou Sylvio de Vasconcellos,⁷⁰ o desenvolvimento físico dos núcleos mineradores era acompanhado por uma complexificação de sua sociedade. De início, não havendo propriamente classes sociais, o povo se reunia em uma capela provisória, erguida por irmandade única. À medida que se intensificava a estratificação social, apareciam outras irmandades, congregadas em torno das matrizes ou, quando os choques e atritos se tornaram muito frequentes, em suas próprias capelinhas (no caso das confrarias mais pobres) ou em suas ricas igrejas (como fizeram, em Mariana, as irmandades "rivais", do Carmo e São Francisco).

Por volta de 1720, mais uma capela foi erguida na Vila, próxima à chácara do Secretário. A ermida foi dedicada à Santana, e o bairro que

⁶⁵ Salomão de Vasconcellos, op. cit., 1947

⁶⁶ Waldemar de Moura Santos *Lendas Marianenses*, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1967

⁶⁷ M. Marx, op. cit., 1991

⁶⁸ Segundo Waldemar de Moura Santos (op. cit., 1967), essa rua foi, a princípio, denominada R. da Corte, "pois nela residiam a nobreza, o clero, e os representantes do governo da metrópole". Antigos moradores da cidade relataram que, com a retirada dos nobres para a rua Direita, a via foi requalificada como rua dos Cortes, "que naquela época significava isolamento, despejo, afastamento"

⁶⁹ Segundo o croquis de reconstituição do traçado realizado por Salomão de Vasconcellos op. cit., 1947

⁷⁰ Sylvio de Vasconcellos, *Villa Rica*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1977, pp.44-45

se formou em torno dela logo tomou o nome da devoção. Os dados sobre a constituição desta capela não são bem conhecidos. Ela teria sido criada pela irmandade de Misericórdia, "com a finalidade cristã de dar sepultura aos condenados à força," amparando também, os doentes sem recursos", para os quais mantinha a Casa de Misericórdia (localizada ao lado da capela, onde hoje existe o cemitério).¹¹ O hospital, que existiu até meados do século, foi construído após 1736, pois tem-se uma petição, desta data, dirigida ao rei, que justificava o seu estabelecimento, por ser "...recomendável, indispensável a essa populosa cidade, falta de estabelecimentos públicos e de caridade para empregar os socorros à classe indigente e miserável, de que abunda; e que diariamente se augmenta com a notícia da generosa liberalidade do virtuoso prelado, que nem pode socorrer suficientemente a todas as necessidades..."¹²

O bairro de Santana parece ter sido sempre considerado uma "parte suburbana da cidade",¹³ apesar da proximidade do centro, o que não se explica somente por fatos físicos, ou seja, pela barreira natural representada pelo córrego do Seminário. É importante lembrar que, em obediência às teorias médicas da época, matadouros, cemitérios e hospitais eram elementos que deveriam ser separados de centros urbanos, como veremos mais adiante.

2. DE VILA DO CARMO À CIDADE DE MARIANA

2.1. A decadência da vila e o nascimento da cidade

Em meados do século XVIII a mineração atingiu seu apogeu. Entretanto, se a produção aurífera aumentou até essa época, foi muito mais em função de uma maior exploração do trabalho escravo do que dos poucos progressos alcançados em relação às técnicas de extração, que continuavam tão rudimentares como nos primeiros anos, o que acarretava grandes prejuízos à paisagem natural da região.

Os próprios núcleos urbanos ressentiam-se dos efeitos dessas explorações predatórias, pois, frequentemente, os serviços de minerar se

¹¹ Moura Santos (op. cit. 1976) se refere a um "patibulo" ou "masmorra" próximo a Santana, citando mesmo o nome de criminosos que teriam sido ali executados. Já Diogo de Vasconcellos (op. cit. 1974) indica em seu croquis de reconstituição um certo "morro da força" no final da rua dos Cortes.

¹² Waldemar de Moura Santos (op. cit. 1967).

¹³ Salomão de Vasconcellos (op. cit. 1938). As referências deste documento, citados pelo autor são "cod. 60 do Arch. Públ. Mineiro".

¹⁴ Waldemar de Moura Santos (op. cit. 1967). O acesso a esse bairro, antes da construção das atuais rua e ponte do Santana, o que se deu após 1725, era feito "pela praia" (Salomão Vasconcellos op. cit. 1947), por um trilho, que era a continuação da já mencionada Rua do Piolho.

localizavam dentro de seus territórios, e eram muitas as reclamações de moradores contra eles. As inundações que ocorriam no Carmo e nas demais localidades ribeirinhas são mencionadas em vários documentos consultados, entre eles, uma representação dos Oficiais da Câmara, que contém uma descrição que merece ser citada:

"... Da serra e do morro chamados Ouro Preto em várias fontes da parte do norte nascem as primeiras agoas que dão principio ao chamado Ribeirão do Carmo, o qual do seu nascimento recebendo as que se lhe juntam corre o espaço de 2 legoas precipitado por entre montes e despinhadeiros com tal velocidade que tudo quanto recebe leva soberbamente consigo, e finda com pouca diferença a dita distancia, começa a socegar em estreita planície, em a qual nas margens do dito rio foi fundada a Vila do Carmo, hoje Cidade de Mariana () depois dois arraiaes, ou lugares chamados São Sebastião e São Caetano, povoações inferiores a dita Cidade fundaram os primeiros moradores junto as agoas do dito rio, ignorando que se havia de encher de areia, e por cima de 50 palmos destas havia de correr, como hoje corre com grave prejuizo da dita Cidade, pois deixando-lhe já enterradas as pontes mais baixas, e mais tres partes das casas, que fizeram os primeiros moradores está correndo perto das do Senado e em dez anos entrará na Matriz da Cathedral, Palácio, Intendência, e nas mais que naquele local estão, o que procede de todos os dias se moverem as terras da dita Serra, e os montes, que nos invernos levam tal quantidade de terra ao dito ribeirão que fazem levantar a cada anno o melhor de 4 palmos, do que procede o prejuizo ⁷⁵

As enchentes ocorridas por volta de 1743 foram responsáveis pela destruição de uma boa parte da vila, tendo atingido principalmente a rua do Piolho e a rua Direita (a primitiva, no arraial de Mata Cavalos), sendo que esta última ficara reduzida "a praya, ou aliás a regatos, ou braços do rio".⁷⁶

Mesmo sabendo desses problemas, o rei D. João V manteve sua decisão de instalar na Vila do Carmo a sede do novo bispado, que desde 1720 intencionava criar em Minas.⁷⁷ Aliás, o desejo inicial do soberano era o de reunir no Carmo as sedes do poder temporal e religioso, o que teria conferido ao núcleo uma importância ainda maior. Entretanto, quando se criou, em 1721, a Capitania autônoma de Minas Gerais, a

⁷⁵ Trata-se de um documento manuscrito conservado no A H U - Arquivo Histórico Ultramarino (cod. 03971 - cx 45), "expondo o dano que lhes advém do serviço de minerar pertencente a Antonio Botelho e seu irmão João Botelho de Carvalho, instalado nas praias do rio, do qual provém as inundações da cidade e solicitando Provisão Régia para que esse serviço seja interdito de a entrar no referido local". No A H U., encontra-se também um desenho que se refere ao mesmo fato

⁷⁶ Segundo um documento da Irmandade do Rosário, citado pelo Cônego Trindade (*op. cit.*, 1945)

⁷⁷ Com essa medida, esperava-se resolver o grave problema da indisciplina do clero, que suscitava reclamações do povo e das autoridades do distrito das Minas

Coroa optou por fixar sua sede em Vila Rica, devido à necessidade que se fez sentir de um poder forte e vigilante⁷⁹ nesse núcleo, que foi o foco principal de uma série de rebeliões ocorridas naquele período.

Em 1745 concretizou-se a criação do bispado. Neste mesmo ano, a vila foi elevada à categoria de Cidade de Mariana em homenagem à D. Maria Anna D'Austria, esposa de D. João V.

Como as sedes eclesiásticas podiam ser criadas somente em terras livres, segundo as leis da Igreja⁸⁰, essa promoção pressupunha a emancipação do município. Ou seja, ao invés de depender "de um poder regional delegado, ou de senhores de terra", como acontecia com as vilas coloniais, desde a Idade Média, as cidades possuíam a prerrogativa especial de se subordinarem diretamente à Coroa.⁸¹

A decisão de D. João V foi comunicada ao governador da Capitania por carta de 23 de abril de 1745:

Gomes Freire de Andrade, Amigo. Eu El-Rey vos envio muito saudar. Attendendo a que a Villa de Rybeirão do Carmo hé a maes antiga das Minas Geraes, e que fica em citio muito comodo para a erecção de uma das duas Cathedraez, que tenho determinado pedir a S. Santidade no território da Diocesse do Ryo de Janeiro. Fui servido crear a Cidade a dita Villa do Rybeirão do Carmo, que ficará chamando-se Mariana, e assim vos ordeno o façais praticar e publicar.⁸¹

Como ocorrera no momento da escolha da matriz, por ocasião da criação da Vila, a questão da "comodidade" do sítio de Mariana (que apresenta uma topografia bem menos acidentada que a de Vila Rica), parece ter sido decisiva para a escolha efetuada pelo rei. Mas a medida não contou com a aprovação geral, pois o próprio governador parecia discordar da escolha: é o que se depreende da seguinte carta de Gomes Freire, datada de 1745:

Na forma de Ordem que V. Sa. me participa mandei logo tirar a planta da Igreja e casas da nova cidade de Marianna que remetto, e posto Sua Magestade tem determinado seja aquella cidade donde reside o Prelado, parece-me remetter a V. Sa. com a planta as cartas de quem a tirou () o rio tem levado a cidade Villa arraial (pelo pouco que hoje é só o parece), além do que diz a carta Official que tirou a planta, é necessario saber que a Matriz (como dirá o Bispo) ameaça ruina, como estou persuadido, a mente de Sua Magestade é escolher o lugar mais proprio para a nova fundação, so se fizer tambem fora uma nova cidade, fora do rio, poderá ser tudo capaz

⁷⁹ Diogo de Vasconcellos, *op. cit.*, 1974, vol. 2.

⁸⁰ *Idem*.

⁸¹ M. Marx, *op. cit.*, 1991, p. 100.

⁸¹ Transcrita por Diogo de Vasconcellos, *op. cit.*, 1935.

e fazerem novos moradores será difícil, pois está hoje mais diminuta de lavra e faisqueiras...".⁸²

Realmente, depois de quase meio século de exploração nas proximidades da vila, necessitava-se empreender cada vez mais esforços, (ou seja, empregar mais escravos) para extrair o ouro das minas e para continuar a manter uma produção respeitável. Quanto à matriz, se não se encontrava realmente em ruínas, carecia ao menos de alguns reparos para ser promovida à condição de catedral da Sé. Era verdade, portanto, que a Vila do Carmo achava-se bastante decaída e o rei decidiu, efetivamente, que uma nova cidade deveria ser construída para acolher o bispado. Para tal, segundo os historiadores, encarregou o engenheiro militar José Fernandes Pinto de Alpoim (provavelmente o "Oficial" referido na carta transcrita acima) de levantar na Vila do Carmo a planta de uma cidade, a ser construída no "campo da vila"⁸³, ou seja, além do valo divisório mencionado anteriormente.

Os tais terrenos, referidos como "campo" ou dos "pastos da cavalhada", nas proximidades do Quartel dos Dragões, eram de propriedade da Coroa e já vinham, desde 1740, sendo solicitados pela câmara, por diversas razões. Os soldados haviam sido transferidos e o quartel achava-se sem uso.⁸⁴ A vila carecia desses terrenos para reinstalar os moradores das partes atingidas pelas inundações⁸⁵ e, além disso, necessitava-se de local para construir uma nova cadeia.⁸⁶

Aparentemente, não se pensou em construí-la nas imediações da praça da matriz - doravante praça da Sé - devido ao perigo das inundações. Mas teria havido um outro local, suficientemente nobre para a localização do edifício: o antigo Largo da Cavalhada, que recebera o nome de Praça D. João V.⁸⁷ Se a escolha não recaiu sobre este

⁸² Idem

⁸³ Diogo de Vasconcellos, *op. cit.*, 1935.

⁸⁴ C.f. a representação dos Oficiais da Câmara da Vila do Carmo, solicitando a concessão de terras que serviram às Tropas dos Dragões, "para nelas edificarem, visto a rua principal da Vila estar sujeita a inundações do rio" (01-09-1742 A.H.U. "MG", cx.42, doc.88) " " e porque os ditos quartéis se achão inhabitados por ocasião daquela mudança que para Vila Rica fizeram soldados, e por isso experimentando continuada ruína, que sem dúvida padecerão breve abatimento e decadência total: por essa causa, recorre esse senado a V. Maj. para que se digne conceder-lhe os ditos quartéis e um alpendre nele junto ...".

⁸⁵ Representação dos Oficiais da Câmara de Vila do Carmo, de 01-10-1740 (A H U . "MG", cx 40, doc 1)

⁸⁶ Representação dos Oficiais da Câmara de Vila do Carmo, sobre a falta de segurança da cadeia da dita vila, de 01-10-1732 (A H U . cx. 22, doc. 22.)

⁸⁷ Segundo D. de Vasconcellos (*op. cit.*, 1974), com a inauguração do primeiro chafariz de repuxo, passou a se chamar Largo do Rocio. Acreditamos que o nome possa ser uma referência à praça homônima de Lisboa, também dotada de um chafariz

logradouro, é de supor que tenha sido porque nessa época, ele já se encontrasse quase totalmente ocupado, faltando uma área grande e destacada, como convinha.

Para solucionar o problema da cadeia, a Vila carecia não somente de terrenos, mas, também, de recursos financeiros. Solicitou-se, assim, a doação das ditas terras para ampliar o povoado, abrindo uma nova rua e aforando mais parcelas, "para que crescendo ao Conselho esses bens possa melhor acudir aos reparos e operações necessários tendentes ao bem público".⁸⁸

Por esse terreno já passava um caminho, "que ia do Largo do Quartéis (...), internava-se pelo pasto da cavalhada dos Dragões, até ao Bucão".⁸⁹ E de acordo com a carta enviada a Gomes Freire pelos vereadores do Carmo, mesmo antes da decisão real já haviam sido realizados aforamentos nessa parte da cidade:

"Sua Mag., que Deos Guarde, foi servido fazer graça a esta Câmara do territorio chamado o Pasto, e onde pretendemos se faça para ella Caza da Camara e também Cadeia(...) Por provedoria de sua Real Fazenda se tem aforado grande porçam dessas terras ou território, no qual os foreiros querem edificar as suas cazas, mas isso cede em prejuizo da mesma Camara e do bem publico, enquanto senão determine o logar para aquella Caza e Cadeia..."⁹⁰

Em 1747, o Governador, o Ouvidor-Geral de Vila Rica e a Câmara de Mariana enviaram carta ao rei dando conta da análise que haviam feito, como ordenado, dos terrenos da cidade, e "...assentaram que era o mais adequado e congruente para a praça, cadeia, e mais edificios publicos della, o sitio onde se achão os quartéis, demolindo-se os mesmos [...], sitio não acessível aos excessos e furias do correjo e Rio no tempo das agoas..."⁹¹

Definia-se, assim, o local onde seria construída a nova Casa da Câmara e Cadeia, duas décadas mais tarde: à margem da Rua Nova, o mais recente eixo de expansão da cidade (atual rua D. Silvério). Essa via, mesmo se retificada pelo plano de Alpoim, deve ter respeitado aproximadamente o traçado do caminho preexistente (do "Bucão"), como ocorreu com a Rua da Olaria.

2.2 Mariana no contexto do urbanismo colonial português.

⁸⁸ Trecho extraído do documento mencionado na nota 84

⁸⁹ Trata-se de uma certa fazenda do Bucão, mencionada por Salomão de Vasconcellos (*op cit.*, 1947).

⁹⁰ Documento de 1744, transcrito por Salomão de Vasconcellos (*op cit.*, 1937) As referências citadas pelo historiador são as seguintes "cod. n 14, C.R.C., pg 55"

⁹¹ Representação de 23-9-1747 (A.H.U. "MG", cx.50, doc 61)

O governo português, através de diversas categorias de funcionários régios, estendeu à colônia brasileira seu complexo sistema administrativo, judiciário e legislativo e os processos de estabelecimento e desenvolvimento dos núcleos urbanos esteve ligado a esses mecanismos de controle.⁹² No território mineiro, como em outros pontos da colônia, o Estado procurou "suprir a falta de sua presença inicial, tomando o controle posterior do desenvolvimento dos núcleos, ou vigiando-os a partir de sua estrutura de poder".⁹³ De fato, nos documentos transcritos acima percebe-se esse controle minucioso e centralizador exercido pela Coroa:

"...naquele tempo, sem embargo da autonomia de Além-Mar, não se resolvia um insignificante negócio, fosse de ordem material ou espiritual, respeitante à vida das Minas Gerais, sem que primeiro andassem daqui prá lá e de lá prá cá as mais minuciosas informações e providências do ouvidor ou dos governadores para o rei, e vice-versa. Era desejo que animava o monarca, e muito justo, o de levar a bom termo os negócios já grandemente perturbados, da nascente capitania, pelo que sempre procurou ouvir seus mandatários."⁹⁴

Sobretudo em Minas Gerais, cujas riquezas eram então o principal sustentáculo das finanças portuguesas, era de se esperar que a metrópole procurasse exercer um controle total sobre cada ato praticado nos seus mais populosos núcleos. Assim, "...os acampamentos de falcões de véspera foram subitamente atacados por uma legião de burocratas portugueses"⁹⁵, encarregados de arrecadar convenientemente os impostos e de manter a ordem e a submissão, naquela região onde a "terra evaporava tumultos, a água exaltava motins", segundo o famoso discurso do Conde de Assumar.⁹⁶

Do mesmo modo, a criação de numerosas vilas, entre 1711 e 1718 (Vila do Carmo, Vila Rica, Sabará, São João del Rei, Caeté, Serro, Pitangui, São José del Rei), das três primeiras comarcas (Vila Rica, Rio das Velhas e Rio das Mortes), assim como da Capitania autônoma de Minas, em 1721, foram algumas das medidas adotadas pela Coroa a fim de tomar as rédeas do rápido processo de povoamento da região.

"A cidade setecentista colonial, fruto da estrita ação metropolitana funcionou como um importante instrumento de controle do território, revestido de uma missão civilizatória, já que corporizavam no espaço a

⁹² Renata Malcher de Araújo, *op. cit.*, p. 23

⁹³ *idem*, pg. 24

⁹⁴ Salomão de Vasconcellos, *op. cit.*, 1937

⁹⁵ Laura de Meilo e Souza, *op. cit.*, p. 105.

⁹⁶ "Discurso Histórico e político" citado por Sylvio de Vasconcellos, *op. cit.*, p. 37

clareza das leis e os princípios racionais norteadores da ação estatal, frente à barbárie reinante no território colonial.⁹⁷

No século XVIII, o papel dos centros urbanos estava, portanto, ligado à noção de território, funcionando como um instrumento de controle deste. Mas essa postura centralizadora vinha sendo adotada pelo governo metropolitano desde metade do século XVII (época em que o Brasil se tornou a principal possessão portuguesa), quando se lançou uma política urbanizadora mais agressiva, visando controlar mais diretamente não somente as cidades reais e sedes das capitanias, mas todas as aglomerações, em todos os níveis e regiões, a fim de conter a dispersão da população.⁹⁸

A nova política urbanizadora da Coroa traduzia-se também por um maior interesse pelo ordenamento das aglomerações, o que estava perfeitamente de acordo com a visão iluminista de que os cuidados com a organização espacial das cidades representam "o nível de civilidade e de cultura de seus habitantes".⁹⁹ Foi a partir dos séculos XVII e XVIII que o Estado passou a interferir com mais frequência no aspecto físico dos principais núcleos brasileiros, e não somente através da ação das câmaras municipais mas, em momentos e em cidades especiais, através de uma categoria especial de funcionários régios:

"É em tal conjuntura, em que o funcionário é a figura paradigmática da administração colonial, que surgem os engenheiros militares, funcionários também, para cuidar, no seu nível hierárquico preciso, das questões relativas ao controle do território. Respondiam não só pela sua defesa, perante os invasores, como também pelo seu conhecimento e medição e consequente domínio interno. Estes mesmos funcionários, encarregados do desenho de fortificações e de mapas, eram também os técnicos requisitados, sempre que possível, para o desenho das formações urbanas".

"A Coroa espanhola forneceu às suas colônias um regulamento para a formação de cidades. A Coroa portuguesa forneceu às suas, funcionários que as fizessem. Funcionários do Urbanismo, como os havia da fazenda, a justiça ou da religião".¹⁰⁰

Os engenheiros militares já haviam trabalhado no planejamento de cidades coloniais portuguesas na Índia, algumas delas fortificadas e

⁹⁷ Beatriz P. Siqueira Bueno. "Os Tratados de Arquitetura Militar: fontes essenciais para o estudo do "Urbanismo" e da iconografia dos engenheiros militares do século XVIII" *Anais do 3º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, São Carlos. No prelo

⁹⁸ Nestor Goulart Reis Filho, *op. cit.* 1968

⁹⁹ Beatriz P. S. Bueno, *op. cit.*

¹⁰⁰ Renata Malcher de Araujo, *op. cit.* pp 28-30

inspiradas nas formas medievo-renascentistas".¹⁰¹ A metrópole havia começado a enviar alguns desses profissionais ao Brasil desde 1549:

"...colocando-os a serviço dos governos regionais e destinados sobretudo ao atendimento das necessidades das cidades reais. Sua presença nesses locais é bem indicativa da importância dos mesmos engenheiros e centros regionais nos mecanismos de controle que a metrópole cuida de estabelecer; uns, os centros, no controle político geral e outros, os engenheiros, no controle das transformações da organização espacial".¹⁰²

Esses técnicos elaboraram, ainda no século XVI, planos urbanos para Salvador e Rio de Janeiro (cidades reais). No século XVII atuaram em outras cidades importantes, como Belém e São Luis. E, seguindo o modelo da "Aula de Fortificação e Arquitetura Militar" de Lisboa, iniciou-se, no fim desse mesmo século, a formação dos técnicos da colônia, com a fundação das aulas da Bahia (1696), do Rio de Janeiro (1698), do Maranhão (1699) e, em seguida, do Recife (1701).

O processo de aprendizado, assim como a própria metodologia de trabalho dos engenheiros eram bastante pragmáticos, "fundando-se na sua própria tradição, criada no decorrer dos primeiros séculos da Expansão, de aprender realizando..."¹⁰³, tendo como matérias principais a geometria e as técnicas de medição. Os professores eram escolhidos entre os técnicos mais capazes e experientes, e sabe-se que o próprio José Fernandes Alpoim, autor do plano de Mariana, foi lente da aula de Fortificação do Rio, para a qual escreveu dois livros didáticos: "Exame de Artilheiros" (1743) e "Exame de Bombeiros" (1746).¹⁰⁴

No século XVIII, quando foi ainda maior o número de criações urbanas brasileiras realizadas com a intervenção dos engenheiros, o modelo lusitano de planificação urbana encontrava-se já estabelecido, como atestam os tratados do período.¹⁰⁵ Entretanto, suas raízes são, como foi dito, bem anteriores, fundadas em um "substrato de cultura maneirista peninsular"¹⁰⁶, sedimentado ao longo de mais de dois séculos.

Nessa época, alguns preceitos e procedimentos das "escolas" de engenharia militar portuguesa são incorporados às cartas régias, como

¹⁰¹ É importante ressaltar que "Portugal não elaborou uma fórmula original de traçado das suas cidades coloniais, no entanto estimulou, desde o século XVI, o intercâmbio de profissionais com os centros divulgadores de modelos", sobretudo da Itália e da França (Beatriz P. S. Bueno, *op. cit.*, 1994).

¹⁰² Nestor Goulart Reis Filho, *op. cit.*

¹⁰³ Renata M. Araújo, *op. cit.*, p. 40

¹⁰⁴ *idem*, p. 42.

¹⁰⁵ Cf. Beatriz Bueno e Renata Malcher de Araújo, *op. cit.*

¹⁰⁶ Rafaela Moreira, *Uma utopia*, p. 141.

normas a serem seguidas nas fundações das cidades.¹⁰⁷ São já bastante conhecidas às cartas que regulamentam o ordenamento urbano de Vila Boa de Goiás (11/02/1736), Vila Bela da Santíssima Trindade (05/08/1746), Vila de São José do Rio Negro (03/03/1755) e de Oeiras (14/06/1761).¹⁰⁸ Em todos esses documentos, de forma semelhante, menciona-se a determinação de local para uma praça e para os principais edifícios públicos e fazem-se exigências quanto à abertura de ruas, que deveriam ser "largas e direitas" e, quanto ao aspecto das moradias, "...sempre fabricadas na mesma figura uniforme pela parte exterior, ainda que na outra parte interior as faça cada um conforme lhe parecer para que desta sorte se conserve sempre a mesma formosura da Villa e nas ruas della a mesma largura que se lhes assignar na fundação".¹⁰⁹

No tocante às vilas mineiras, parece que Mariana foi a única a constituir objeto de documento régio de mesmo teor dos citados acima. Provavelmente porque, como centro religioso de Minas, a cidade tinha um valor estratégico, devendo ostentar uma imagem que refletisse a nova ordem social que desejava impor e uma imagem digna do nome da rainha-regular, ordenada, bastante diferente do arraial decadente e castigado pelas inundações do Ribeirão do Camo. Essas intenções são visíveis na Ordem Régia de setembro de 1747, onde o rei fazia recomendações expressas acerca das regras a serem respeitadas na urbanização dos terrenos, ditos "dos pastos", concedidos à Câmara:

"Neste citio devem edificar as cazas que de novo se fizerem e para esse efeito se ordena façam logo planta da nova povoação, elegendo-se sitio para praça espaçosa, demarcando-se ruas, que fiquem direitas, e com bastante largura sem atenção a conveniências particulares, ou edificios que contra essa ordem se acham feitas no referido citio dos pastos, porque se deve antepor a formosura das ruas, e cordeadas estas se demarquem citos em que se edifiquem os edificios publicos e depois se aforem braços de terra que os moradores pedirem preferindo sempre os que já tiverem aforado no caso em que se seja necessário demolir-se parte de algum edificio para se observar a boa ordem que fica estabelecida na situação na situação da Cidade [...] ficando entendendo eles officiaes da Camara que em nenhum tempo poderão dar licença para se tomar parte da praça ou das ruas demarcadas, e que todos os edificios terão de fazer face das ruas cordeadas, as paredes em linha reta, e havendo comodidade para quintaes das casas devem estes ficar pela parte detraz dellas, e não pela parte das

¹⁰⁷ Renata M. de Araújo, *op. cit.*

¹⁰⁸ Cf. Paulo Santos, *Formação de Cidades no Brasil Colonial*, separata das "Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso Brasileiros", Coimbra, 1968

¹⁰⁹ "Carta Régia da Capitania do Rio Negro, 3 de Março de 1755", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 61, 1898, p.61.

ruas em que as Casas tiverem suas entradas, e os foros feitos na
Provedoria da Fazenda ficam pertencentes a Camara...¹¹⁰

Nesse texto, como em outras cartas régias, evidencia-se a preocupação com a ordenação da praça principal e com a retidão das ruas, que parecem ter sido as premissas do plano de Alpoim. De fato, a boa "ruação" fazia parte dos princípios postos em prática pelos engenheiros militares, que eram treinados nas "Aulas de Fortificação" a traçar e abrir no terreno novas ruas, alicerces e trincheiras.¹¹¹ E as praças, local de reunião das populações, eram, em todos os núcleos coloniais, os espaços mais cuidadosamente tratados e controlados do ponto de vista do seu uso. Segundo Nestor Goulart Reis Filho:

"Uma constante na forma de organização desses centros era a valorização, por meio de praças, dos pontos de maior interesse para essas comunidades. Casas de Câmara, igrejas ou conventos, provocavam a preservação de um espaço livre destinado à aglomeração de população, decorrente das próprias finalidades desses edifícios. Tal solução exigia uma atitude especial para a ocupação do solo junto a esses locais, à qual necessariamente deveria corresponder um esforço de controle, inexistente em se tratando de outros aspectos do traçado"¹¹²

Nas vilas menores, era comum a localização, na mesma praça, dos principais edifícios civis e religiosos, assim como do pelourinho. Como vimos, esse foi o caso de Mariana, até que se decidiu construir a nova Casa da Câmara e cadeia na rua Nova. A praça que se abriu para esse edifício, para onde se transferiu o símbolo da autonomia municipal, deveria assumir, dessa forma, uma função de caráter principalmente civil. Independentemente do plano encomendado pelo rei, o espaço de Mariana ficava, portanto, já marcado por uma rica sequência espacial de largos diferentes, que ganharam em especialização de usos: o grande adro da Sé, em seguida a praça D. João V, ou do Chafariz, local onde se realizavam festas públicas e, por fim, a Praça do Pelourinho...

Nota-se que na citada ordem de D. João não se fizeram grandes exigências em relação à forma que deveriam ter as habitações de Mariana, como ocorreu em outras cartas régias de criação de núcleos coloniais, que chegavam a metrificar as fachadas dos edifícios.¹¹³ Como

¹¹⁰ Manuscrito conservado no A.H.U. ("MG", cx 050, doc 061). Partes de texto foram citadas por Diogo de Vasconcellos (*op. cit.*, 1935), como se tratando de uma Ordem Régia de 2 de maio de 1746, e por Sylvio de Vasconcellos (*op. cit.*, 1977, p. 88), citando como referências APM, cód. 45 (1747), 27-v

¹¹¹ Moreira, Rafael. "Uma utopia Urbanística Pombalina: 'O tratado da Ruação' de José Figueiredo Seixas". In: Maria Helena Carvalho dos Santos (coord.), *Pombal Revisitado*, Lisboa, Editorial Estampa, 1984

¹¹² Nestor Goulart Reis Filho, *op. cit.*, p. 130

¹¹³ Cf. Sylvio de Vasconcellos, *op. cit.*, p. 91

observou Renata Malcher, nesses documentos, as frequentes expressões "fomosura da terra", ou "formusura da vila" ou "das ruas", estavam ligadas "a um ideal de urbanismo de programa, com as casas todas iguais".¹¹⁴ Da mesma forma, são associados conceitos tais como simetria, harmonia, regularidade, comodidade, beleza, e "polícia".¹¹⁵

"E porque uma das couzas que as naçoens mais cultas costumão ter grande cuidado no tempo prezente hê a semetria, e harmonia dos edificios que, de novo se levantão nas Povoações das Cidades, e Villas para que da sua disposição não só resulte a comodidade publica mas também o agrado com que se fazem mais appeteciveis, e habeis as povoações, conhecendo-se da boa ordem com q'estão dispostas a policia, e a cultura dos seus habitadores".¹¹⁶

A esse respeito, acreditamos que a pertinente observação de Sylvio Vasconcellos, sobre a falta de simetria das casas de Vila Rica, pode ser estendida a outras vilas mineiras: "... a topografia, a desobediência dos súditos, o relativo afastamento da Metrópole, o desenvolvimento rápido e a improvisação levariam ao menosprezo de normas assim tão rígidas. A *mesma forma uniforme*, por exemplo, só aparece em raros trechos da povoação..."¹¹⁷

Um desses raros trechos é constituído por um grupo de sobrados da Praça Tiradentes, onde se percebe a intenção de dar unidade ao conjunto: o uso astucioso de um mezanino intermediário entre os dois pavimentos, que permitiu o nivelamento dos pavimentos superiores dos edificios. O autor observou que "esta solução inusitada sugere trabalho de profissional não muito afeito aos costumes locais e mais atento aos preceitos vigentes no litoral". Esse profissional não foi

¹¹⁴ *Op. cit.*, p 84

¹¹⁵ Na Europa, como demonstrou Pierre Lavedam (*Historie de l'Urbanisme*, Paris, Laurens, 1926), desde o século XVII as câmaras passaram a legislar sobre todas as questões que diziam respeito à estética e ao bom funcionamento das cidades: pavimentação e limpeza das ruas, abastecimento de água e de gêneros, circulação urbana. Segundo o autor, este "urbanismo prático" estabelecido nas vereações, naqueles tempos recebiam o nome genérico de "polícia". De acordo com uma definição do dicionário português setecentista de Raphael Bluteau (*Vocabulário Português e Latino...*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712), o termo significava: "a boa orden que se observa & as leys que a prudencia estabeleceo para a sociedade humana nas cidades, Republicas, &c." (citado por Beatriz Bueno, *op. cit.*, 1994).

¹¹⁶ Morgado de Mateus, 1766. In: documentos interessantes para a História dos Costumes de São Paulo, vol. 65, p 106 apud Beatriz Bueno, *op. cit.*

¹¹⁷ *op. cit.*, p 91

outro que o sargento-mor José Fernandes Alpoim, que desenhou também o Palácio dos Governadores, na mesma praça.¹¹⁸

Em Mariana também há uma exceção à movimentada regra geral das fachadas mineiras: a Rua Direita. O antigo "caminho de cima", segundo Salomão de Vasconcellos¹¹⁹, só recebeu sua feição atual a partir de 1745, quando ele foi "arruado" (regularizado) segundo o plano Alpoim. O autor afirmou, baseado em um acórdão da Câmara, que as construções atuais só teriam sido iniciadas em 1753. Este documento, segundo o historiador, determinava que todos os pretendentes a edificações do lado esquerdo da rua fizessem "de maior nobreza, dando fundos para o Palácio" (o de Assumar, que se tornou mais tarde residência episcopal). O autor conclui que "essa é a razão de vermos até hoje todas as casas desse lado da rua, de dois andares e de sacadas; enquanto do lado oposto, dando para cima, eram e são, em geral, casas baixas, de um só pavimento".¹²⁰

Além do fato de serem todos edifícios de dois pisos, vemos que se tomou o cuidado de colocar as linhas de beiras, sacadas e vergas de portas e janelas à mesma altura, o que, sem dúvida, foi facilitado pelo aspecto plano da via. Foi nos pavimentos térreos dos sobrados da rua Direita, assim como da Praça do Chafariz, que se concentrou o comércio da cidade, como até hoje se verifica, assim como os moradores de mais posses. Segundo Waldemar de Moura Santos, em meados do século as margens do ribeirão, onde existira a Rua do Piolho, foram ocupadas pelas classes menos favorecidas, constituindo "o foco mais forte das senzalas que se comunicavam com os fundos das casas da Rua Direita, onde residiam a nobreza e os opulentos da época"¹²¹

¹¹⁸ Livia Romanelli, "Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas", in *O século XVIII - Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte. UFMG, n.º 9, 1989, p.134

¹¹⁹ *Op. cit.*, 1947.

¹²⁰ *Idem*.

¹²¹ *Op. cit.*, 1967 De fato, é bem provável que tenham existido em Mariana "territorialidades" definidas em termos de cor e posição social, seria necessária uma longa pesquisa nos arquivos para construir um mapeamento mais completo dessa distribuição populacional. Entretanto, alguns documentos consultados no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa apontam, realmente, para a existência de senzalas nas partes inundáveis da cidade (Cf. a representação dos Oficiais da Câmara de Mariana, de 04/03/1754 - A.H.U. "MG", cx. 64, doc.64), em relação às propriedades de pretos forros, no Livro de Tombo da Câmara de Mariana - ICHS/UFOP - este dado foi gentilmente fornecido pelo professor Renato Pinto Venâncio) ou seja, ao longo das ruas que se prolongavam em caminhos, conduzindo à Vila Rica (rua de São Gonçalo), à São Sebastião (rua Santana), à Itaverava (rua da Olaria) e à Santa Bárbara e demais núcleos do Mato Dentro (rua dos Monsus)

2.3 O "plano Alpoim": entre o ideal e o possível

O conteúdo exato do plano urbanístico de Mariana, idealizado por José Fernandes Alpoim, é um ponto que deve ainda ser melhor investigado. Não se tem notícia de nenhuma planta da cidade assinada por ele¹²², nem tampouco foram localizados outros documentos primários com mais informações a respeito.

Entretanto, por mais indefinições e incertezas que se possa ter a respeito do "plano Alpoim", pelo que foi mostrado até agora, pode-se concluir, ao menos, que ele teve que se conformar a algumas estruturas já existentes, a algumas "preexistências", como dizem os portugueses.¹²³

A parte nova da cidade já ia se configurando ao longo de três eixos que se prolongavam na direção sul: a estrada de *Itaverava* - ou rua da Olaria, em seu trecho urbano - a rua dos Cortes e a rua Nova, além dos eixos naturais representados pelos córregos do Catete e do Seminário (até então, córrego "do Secretário"), elementos limitadores e condicionadores da forma urbana. Portanto, a ação do engenheiro deve ter se restringido ao alinhamento, nem sempre total (certamente devido à ocupação já consolidada), dessas vias longitudinais e de outras pré-existentes (como a rua Direita) e à criação de algumas transversais (as "travessas"), menos largas, dentro de uma área relativamente pequena da cidade.

Todavia, a análise das plantas setecentistas de Mariana que puderam ser localizadas nos faz pensar que existiram algumas intenções de remodelação da cidade mais grandiosas e ousadas. A comparação desses desenhos com o traçado urbano concretizado, facilitada pela reconstituição em escala aproximada, aponta para a conclusão de que, apesar de levarem em conta elementos existentes - os rios, a maior parte das vias já traçadas, os edifícios mais importantes -, esses documentos não representam exatamente a realidade concreta percebida por seus autores, nas suas imagens projetivas, determinados ideais da cidade. Em ambos, percebe-se uma vontade de dar regularidade à forma das ruas, praças e novas quadras, mas por meio de uma geometria que, mesmo se bem menos rigorosa do que a do "tabuleiro de xadrez" das implantações castelhanas, (como, de resto, a

¹²² Cf. Judith Martins, *Dicionário de artistas e artesãos dos séculos XVIII e XIX*, Rio de Janeiro, Publicações SPHAN n.º 27, vol 1, 1974. A autora menciona a existência de três plantas da cidade, sem data ou autor, que existiram em um certo "Arquivo de Fortificações e Obras" do Exército. Até o momento, estes documentos não puderam ser localizados, não se sabendo, portanto, se algum desses três desenhos correspondem à planta conservada atualmente no Arquivo Histórico do Exército, RJ, que foi aqui reproduzida.

¹²³ Cf. Hélder Carita, *Bairro Alto, Tipologias e Modos Arquitetônicos*, Lisboa, Câmara Municipal, 1994.

maioria das criações portuguesas do período) apresenta-se mais regular do que o traçado concretizado. Acreditamos, pois, que eles tenham sido realizados em fase anterior ou concomitantemente à execução das obras.¹²⁴

O "Mapa da cidade de Mariana", conservado na Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, é um documento de riqueza excepcional. Apesar do nome, o desenho se aproxima mais de uma "perspectiva militar". Esta, segundo o tratado setecentista do engenheiro Azevedo Fortes, era um tipo especial de representação das "obras" de tal forma que, "de um só jacto se lhe conheça a planta, e o perfil, ou elevação".¹²⁵ Apesar do mau estado do documento, pode-se perceber o maior esmero e detalhamento da parte "antiga" da cidade, enquanto na "parte nova", que corresponde ao essencial da intervenção de Alpoim, o desenho é bem menos preciso. Além disso, no "Mapa" as quadras são mais numerosas e semelhantes entre si do que na realidade. Mas talvez o detalhe mais surpreendente seja a série de edifícios inundados pelo ribeirão do Carmo, o que faz pensar que a representação possa ter sido feita na época do desaparecimento da rua, por ocasião das grandes enchentes de 1743 e, portanto, antes da definição do plano.

A "Plãta da Cidade de Mariana" (Arquivo Histórico do Exército, RJ) apresenta técnicas cartográficas já bem mais "científicas" (é uma verdadeira "planta", totalmente em projeção ortogonal, com escala em braças), próprias dos técnicos militares, apesar do grave engano em relação ao norte. Em relação à "parte nova", vemos que algumas soluções propostas (e não concretizadas) não estão desvinculadas dos padrões adotados em criações iluministas tais como a "Baixa" pombalina (1755), em Lisboa¹²⁶, ou ainda o modelo utópico de cidade proposto por Figueiredo Seixas (c.1763) em seu "Tratado de Ruação".¹²⁷ Referimo-nos às quadras criadas entre a Rua Nova e a Rua dos Cortes, com suas

¹²⁴ Nenhum dos documentos fornece indicação de autor ou data - a forma de representação cartográfica que vemos na "Plãta da Cidade de Mariana" é característica dos mapas militares do século XVIII. Quanto ao "Mapa da Cidade de Mariana" no catálogo da Mapoteca do Itamaraty, estima-se que tenha sido feito entre 1796 e 1803, provavelmente baseando-se nas épocas de conclusão dos edifícios religiosos assinalados. Critério questionável, em nossa opinião, pois a representação desses edifícios é bastante esquemática, e as primeiras providências para a construção dos mesmos foram tomadas a partir de meados do século.

¹²⁵ Manuel de Azevedo Fortes, "O Engenheiro Português" (1729), tomo II, citado por Beatriz P. S. Bueno, *Os engenheiros militares e a construção de cidades*, comunicação apresentada no V Congresso Brasileiro de História da Arte, São Paulo, 1993.

¹²⁶ José Augusto França, *Une Ville des Lumières - La Lisbonne de Pombal*, Paris, Ecole Pratique des Hautes Etudes, 1965.

¹²⁷ Rafael Moreira, *op. cit.*, 1984.

formas retangulares, preenchidas por lotes simétricos e por blocos uniformes, ao invés de prédios arquitetonicamente individualizados, como vemos no outro documento setecentista. O prédio da Câmara encontra-se no eixo visual da Travessa São Francisco, e procurou-se dar uma simetria também à praça, recuando a Igreja do Carmo pra que sua quadra tivesse o mesmo recorte que há na de São Francisco. Esses detalhes mais regulares e simétricos da "cartografia ideal" de Mariana podem, talvez, serem vistos como os primeiros esboços das novas atitudes que seriam incorporadas ao repertório dos engenheiros ligados ao urbanismo pombalino.

Mas todas essas formas ideais ficaram nas representações do espaço de Mariana. Prossequindo com as comparações, vemos que o traçado urbano que se concretizou assemelha-se bem menos à rua Baixa iluminista do que a outras criações urbanas portuguesas de épocas anteriores, como o Bairro Alto de Lisboa, criado entre os séculos XVI e XVII, ou as reformas realizadas em Salvador e no Rio de Janeiro. O modelo construído na cidade encontra-se portanto, bem mais ligado ao "substrato de cultura maneirista peninsular" que fundamentou a prática da engenharia militar, retomando a expressão de Rafael Moreira.¹²⁸

Segundo o Cônego Trindade¹²⁹, o sargento-mor Alpoim "desde 1743 presidia ao alinhamento das novas ruas e à factura das novas construções, e disto se ocupou até 1749", tendo por fim criado a cidade nova, toda a parte que fica ao sul, à retaguarda da Sé. Partindo desse dado, pode-se supor que não tenha havido, na verdade, um plano global da cidade, pré-concebido e "fechado", mas que o traçado tenha sido resolvido pouco a pouco pelo engenheiro, respeitando algumas preexistências e de acordo com as demandas por novos terrenos e a conveniência de distribuição dos mesmos, como aconteceu em algumas realizações maneiristas (como nas extensões de Ferrara, na Itália¹³⁰, ou de Lisboa - o Bairro Alto).

Pelo menos dois documentos provam que, até 1748, ainda não se sabia exatamente como era organizado o traçado urbano no terreno.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ "Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história" apud Edgar Faício, *Relíquias da Terra do Ouro*, São Paulo: F. Lamazara, 1946 (grifos nossos).

¹³⁰ O engenheiro militar foi encarregado deste, e de outros projetos nas Minas (como o Palácio dos Governadores, em Ouro Preto) entre 1736 e 1750. Concomitantemente, deve ter trabalhado no Rio de Janeiro, (pois os dois livros que escreveu datam de 1743 e 1746) onde foi nomeado coronel do regimento de artilharia (1751) e mais tarde brigadeiro (1760) vindo falecer em 1765. Cf. Judith Martins, *op. cit.*

¹³¹ Cf. Giulio Carlo Argan, *The Renaissance City*, New York: George Braziller, 1969.

outrora "dos pastos", que havia sido incorporado ao patrimônio da Câmara. O primeiro deles, citado pelo Cônego Trindade, trata de uma querela entre duas irmandades, a respeito do novo caminho que deveriam percorrer as procissões da Semana Santa, após a inutilização, pelas enchentes, de ruas que compunham o itinerário dos devotos, que "... por se não poder fazer pela mesma paragem por onde antigamente se fazia, é preciso determinar-se outra, sendo que nem ainda isso se pode no presente tempo resolver por não se saber o modo que se terá nos arruamentos da cidade a que mandou dar forma Sua Majestade..."¹³²

O segundo documento é uma carta enviada às autoridades civis pelo primeiro bispo de Mariana, D. Manuel da Cruz, transcrita por Waldemar de Moura Santos:

"Esta cidade está muito no seu principio e para as ruas novas que se vão fazendo e que são muitas tem vindo ordem de S. Majestade para serem bem reguladas; e como aqui corriam várias demandas a respeito de águas e de datas de terras vizinhas à cidade em que se querem fazer ruas, mandou S. Maj. nesta Frota se remetessem as tais demandas para Lisboa, para lá se resolverem, peço a V. Revma proteja tudo o que for para aumento dessa cidade, pois nela mostra S. Maj. ter gosto pelas apertadas ordens que tem mandado para este efeito"¹³³

O autor não mencionou a referência e a data desta carta, mas sabe-se que o bispo chegou à cidade somente em 1748. Segundo Moura Santos, Manuel da Cruz "inspirou, exigiu e obteve a aprovação do plano de toda a parte urbana da cidade, que, segundo opinião de historiadores de nota, foi discutido e sabiamente orientado pelo dinâmico bispo".¹³⁴ Verdade ou não, é certo que os trabalhos de arruamento foram realizados pouco a pouco, o que faz pensar que Alpoim teve que administrar interesses divergentes. As querelas ocorridas entre moradores e a Câmara, a respeito da indefinição da posse dos terrenos pertencentes ao patrimônio da cidade, podem ter-se referido também à área prevista para a extensão e, nesse caso, certamente contribuíram para a demora. No Arquivo Histórico Ultramarino são vários os documentos que mencionam o fato. Em um deles, já de 1750, a Câmara solicitava, pela segunda vez (a primeira, segundo o texto, fora em 1731)

¹³² Cônego Trindade, *op. cit.*, 1945 (grifos nossos)

¹³³ Waldemar de Moura Santos, *op. cit.* (grifos nossos)

¹³⁴ É interessante notar que D. Manuel, português de nascimento, até vir para Mariana havia exercido suas funções em São Luís do Maranhão - outra cidade colonial de traçado regular

ao rei que passasse uma provisão para que pudesse proceder ao tombo e demarcação da sesmaria que lhe havia sido concedida.¹³⁵

"E porque no tempo presente se dá mayor percizão da quella diligencia por cauza dos grandes embarassos q seopõem a cobrança dos foros, principalmente pela inundaçõ, que padecerão muitas propriedades desta povoaçõ, q, estando lançadas nos livros dos ditos foros, se achão hoje extintas, e ainda aquellas que existem não tem anecessaria confrontaçõ que se possa facilmente evitarse as duvidas que dificultão a dita cobrança..."

As modificações e adaptações dos planos iniciais eram, provavelmente, fato corriqueiro na prática dos engenheiros. Quando se compara vários planos de cidades coloniais setecentistas, percebe-se uma grande diversidade de configurações, pois a ação desses profissionais era guiada por princípios às vezes colocados como normas contidas nas cartas régias, de forma bastante sintética e simplificada. E, segundo Renata Malcher, "...assim o são conscientes da desnecessidade de serem restritivas ou impositivas. Em parte, porque fundam-se sobre confiança nos técnicos que as executariam, e em parte, porque partilham a visão pragmática do processo, alçado a própria metodologia do mesmo. A experiência, sempre, mostrava que a maleabilidade era o princípio mais seguro."¹³⁶

2.4 Obras Públicas, "polícia"- o "urbanismo prático" dos séculos XVIII e XIX

A partir do século XVIII as considerações teóricas e práticas do urbanismo se tornaram mais explícitas, não só nos tratados de engenharia militar, mas, também, nos textos dos teóricos da arquitetura, que tomavam consciência da amplitude de seu campo de atuação. Nesses documentos, nota-se um grande interesse não só pelas questões de estética, mas também pelos aspectos relativos à higiene e à funcionalidade das aglomerações urbanas, a cada dia mais adensadas. Necessitava-se assegurar, dentro das cidades, a livre circulação do ar, das pessoas, dos carros e das águas.¹³⁷ Expressões do tipo "para maior comodidade", "em sitio cômodo", "habil" ou "capaz" são costumamente encontradas em documentos sobre as sociedades da época (como alguns

¹³⁵ A.H.U., "MG", Cx 55, Doc 18. Existem, por outro lado, reclamações de moradores queixando-se da intenção da Câmara em construir casas em terrenos que lhe pertencem (A.H.U., "MG", Cx 53, doc 18).

¹³⁶ Renata M. Araújo, *op. cit.*, p.44. (grifo nosso)

¹³⁷ Antonie Picon, *Arquitetures et Ingénieurs au Siècle des Lumière*, Marseille, Ed Parenthèses, 1988.

aqui transcritos), ao lado de outras como "para nobreza" ou "aformozeamento da vila..."

Para isso, era preciso pavimentar e corrigir o traçado das ruas, construir pontes e passeios públicos junto aos rios e cuidar da pureza das águas, construindo-se chafarizes e encanamentos e cavando esgotos. Por questões de salubridade, hospitais e cemitérios deveriam se localizar fora das cidades, a fim de resguardá-las das epidemias e infecções causadas pelos "miasmas" e exalações que deles emanavam, segundo o pensamento "científico" da época.

Algumas dessas medidas, como o calçamento de algumas ruas e a construção de chafarizes, foram tomadas em Mariana ainda em meados do século XVIII, sua época de maior opulência. O chafariz do Palácio de Assumar, "o primeiro bebedouro público da cidade", foi, originalmente, instalado no Largo da Quitanda (1751) e, mais tarde, trasladado para o local onde se encontra atualmente.¹³⁰ A justificativa para tal ato deve ter sido a decadência em que caiu o bairro de São Gonçalo, após a mudança da maior parte da população para a parte nova da cidade, tendo sido transformado em uma "comuna de maíandros e elementos da escória".¹³¹ O chafariz de São Pedro também data desta época¹³², tendo sido construído entre 1749 e 1753.

Até 1745, a única ponte propriamente dita que havia em Mariana era a chamada Ponte de Táboas, sobre o ribeirão. É o que prova uma petição da Câmara, desta data, solicitando a construção "... de duas pontes grandes e altas nos dois córregos que atravessam essa cidade, a saber: huma para passar para o bairro de São Gonçalo [a atual ponte de Areia, sobre o córrego do Catete, construída em 1790] e outra para o de Sant'Ana [sobre o antigo córrego da Olaria - ou do Secretário]".¹³³

Algumas das lúcidas posturas adotadas pela Câmara de Mariana, no final do século XVIII, foram "antecipadoras de nossas mais avançadas conquistas em termos urbanísticos", na medida em que seus vereadores legislavam sobre questões cruciais tais como estética urbana, uso do solo e o patrimônio cultural a cidade¹³⁴ (apesar de não denominá-las dessa forma). Um exemplo disso foi a proibição de construções "junto à Ponte de São Gonçalo, dita ponte do Areião", para não se desformosear a sobredita ponte". De fato, as construções próximas a esta ponte foram erguidas respeitando-se um afastamento da

¹³⁰ Salomão de Vasconcellos, *op cit* 1947

¹³¹ Waldemar de Moura Santos *op cit* 1967

¹³² Salomão de Vasconcellos, *op cit* 1947

¹³³ Conforme transcrição de Salomão de Vasconcellos *op cit* 1947

¹³⁴ Ângelo Osvaldo Araújo Santos "A competente formosura" *Estado de Minas*, Belo Horizonte 16 de julho de 1994 Segundo Caderno pg 7

mesma, que foi representado mesmo nos mapas setecentistas. Outra determinação da Câmara proibia, também, edificações na praia do Rio do Carmo, para "não se lhe retirar a competente formosura", o que só veio ocorrer no século XX.

Por outro lado, outras medidas, tipicamente setecentistas na Europa, só seriam tomadas nas cidades mineiras mais tarde, como foi o caso da transferência dos cemitérios. Como se sabe, era costume enterrar-se os mortos em campas nos pisos das igrejas e, a partir do século XIX, ordens régias passaram a determinar que se construíssem cemitérios fora das cidades, obedecendo às teorias médicas da época, fundadas na existência dos "miasmas pestíferos", oriundos de hospitais, necrotérios e águas paradas. Em 1801, o rei ordenou ao governador da Capitania que procurasse, "...de acordo com o bispo, fazer construir em sitio separado de Vila Rica um ou mais cemitérios, ficando proibido o enterro de cadáveres dentro dos templos e, logo que estejam concluídos, mandando fazer em cada um desses cemitérios um altar em que se possa celebrar missa". Entretanto, o costume já estabelecido entre as ordens religiosas, de se enterrarem os Irmãos em suas próprias sedes, "fez com que os novos cemitérios se organizassem nas imediações das Igrejas, em campo ou em muros adequados, com suas gavetas".¹⁴³

Esse procedimento foi adotado também em Mariana. Em 1823, a capela anexa à Igreja do Carmo foi demolida "até a altura dos púlpitos. Desenterraram-se desse trecho os ossos dos Irmãos que passaram a ser inhumados na parte restante, convertida em cemitério até o presente".¹⁴⁴ Em 1852, quando a cidade estava em pleno surto epidêmico, desejou-se fazer o mesmo com a Catedral, construindo-se um novo cemitério defronte. A obra, apesar de necessária, de acordo com o pensamento da época, mostrava-se "triste e pernicioso", segundo os moradores da praça da Sé, que protestaram:

"Dizem os Cidadãos desta Cidade de Marianna especialmente os abitantes do Largo da Sé ou Cathedral, da mesma q elles Suptes. [suplicantes] abaixo aSignados não só se vêm tolhidos mas tão bem affrontados com a Pasmosa Obra do Cemiterio da mesma q alem de tolher-lhes a vista ahúma Prasa Publica, onde Seformavam os Regmtos. Milicianos por ocasiôens de celebridades, demais amais, dessa Exala um Ar currupto, epestífero dos miseravens cadáveres q alli Semandam logo aterra, e dos q sobre ella seconservam por humarce, dous tres equatro dias, não podendo porisso deixar os Suppes de Receberem as Suas Contagiosas e mortais impreçôens, como tem aContecido a alguns de suas familias q ao abirrem demanhã sedo as Suas Portas da Rua Combatidos de semelhantes ar inficionado tem cahido para atras mortas Podendose

¹⁴³ Sylvio de Vasconcelos, *op cit* 1977

¹⁴⁴ Diogo de Vasconcelos *op cit* 1935

por isso dizer q a dita obra foi feita contra toda Policia, Regulamento eaformoziação da mesma Cidade, aizemplo de outras, e ainhda contra a Saude Publica, tão Recomendada pelas Leis de S. Mage, Fidelissima, q, Deos Guarde [...] podendo muito bem ser feita em outro lugar, fóra da gema ou coração da Cidade ¹⁴⁵

A petição parece ter surtido efeito, pois o cemitério foi transferido para o adro da capela de São Gonçalo. Esta se encontrava bastante deteriorada e talvez já segregada ao culto. Sabe-se que em 1842 ela teve uma de suas torres demolidas, pois ameaçava ruir.¹⁴⁶ A media acentuou o caráter marginal do núcleo e a capela foi definitivamente abandonada, transformando-se em ruínas.

No que diz respeito à estética das cidades européias, havia uma grande preocupação em "aformosear", além das ruas e edifícios, as entradas dos núcleos urbanos.¹⁴⁷ Mariana teve, em 1782, seu acesso modificado: a "porta" da cidade, que esteve antes em São Gonçalo, com a construção do "Caminho Novo" para Vila Rica, foi transferida para a Rua Nova. Esta já se encontrava, então, pontilhada de monumentos civis e religiosos e havia se tornado palco de vários cortejos religiosos e entradas solenes de bispos.

No século XIX, essas práticas de controle, adotadas pela Câmara ou pela intervenção direta da Coroa, seriam formalmente regulamentadas, através das "Posturas Municipais". Nelas, misturavam-se considerações de ordem bem diversa, regulando desde o modo de "fruição" do logradouro comum dos moradores de cada distrito, como problemas de "trânsito público", de "salubridade pública", até chegar ao "embelezamento das povoações do município", onde se faziam recomendações sobre a largura das ruas e se impunha que estas fossem retas¹⁴⁸

2.5 A constituição do cenário barroco

Pelo que foi até aqui exposto, percebe-se que é difícil enquadrar o espaço urbano de Mariana em um único "estilo", pois o próprio pensamento urbanístico do Setecentos estava impregnado de influências mais antigas, renascentistas e maneiristas.

A intervenção de Alpoim é facilmente associada a outras realizações coloniais e aos modelos que orientaram a obra dos engenheiros militares portugueses a partir do século XVI, enquanto que

¹⁴⁵ Petição conservada no Arquivo da Câmara Municipal e transcrita por Salomão de Vasconcellos, *op cit* 1938

¹⁴⁶ Salomão de Vasconcellos, *op cit*, 1947

¹⁴⁷ Antoine Picon, *op cit*, 1988

¹⁴⁸ Washington P. A. de Souza, *op cit*, 1978

o conjunto da paisagem urbana, formado pela topografia, pelo traçado geral, com sua sucessão de praças diferenciadas (recurso utilizado nas relações maneiristas e barrocas) e pelos edifícios, sobretudo religiosos, revelam aspectos essencialmente característicos da mentalidade barroca. Além do mais, como foi visto, a construção desses espaços foi profundamente condicionada por cânones da Igreja, criados em plena Contra-Reforma. Portanto, a gênese dos arraiais mineiros não foi só formal, mas sobretudo estruturalmente ligada ao Barroco.¹⁴⁹

Após ou concomitantemente à sua definição, a nova malha viária de Mariana foi sendo pontilhada de igrejas, passos da paixão (alguns colocados no eixo focal da travessas, produzindo efeitos de perspectivas), de oratórios e cruzeiros nas pontes e cruzamentos de caminhos, de forma semelhante a que se percebe em outras cidades do Ciclo do Ouro:

... revelando, através da disposição de chafarizes, praças e das construções de grande vulto, uma intencionalidade em dilatar o espaço urbano, em promover cenograficamente um arranjo entre seus elementos, que possibilitasse dotar de sentido, de impregnar o espaço concreto de valores simbólicos que norteavam a mentalidade da época¹⁵⁰

"Portanto, o espaço físico traduzia as necessidades sociais, adaptando-se à vida coletiva que nela se encerraria: o processo de estruturação espacial ocorria voltado a atender às necessidades coletivas da nova ordem social, que, por intermédio de diferentes grupos sociais, hierarquizados através de associações leigas, demandariam um espaço público próprio, capaz de viabilizar as práticas sociais da época... em específico, o conjunto de eventos festivos de cunho sagrado como profano, necessário para garantir em nível do simbólico uma certa unidade cultural àquela sociedade em formação"¹⁵⁰

As procissões, os dramáticos rituais fúnebres (os dos bispos sendo os mais concorridos), tinham itinerários rigorosamente estabelecidos dentro da cidade, que se valiam não somente de elementos de "décor" provisórios, como arcos e tapetes de flores, mas, pouco a pouco, dos marcos religiosos que foram compondo o cenário urbano da "parte nova" da cidade.

Na época de D. Manuel da Cruz (1748-1746), foram, senão concluídas, pelo menos iniciadas as obras das principais igrejas de Mariana. Paradoxalmente, foi, portanto, a partir da segunda metade do século XVIII, quando a produção aurífera começou a declinar, que se verificou o surto das grandes construções da cidade (assim como dos já

¹⁴⁹ M. Marx, *op. cit.*, 1992

¹⁵⁰ Mônica Fisher, *Mariana: Os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso*, dissertação de mestrado em Sociologia Urbana, Belo Horizonte, FAFICH-UFMG, 1993

mencionados chafarizes e pontes), que se transformou em um verdadeiro canteiro de obras.

A singela igreja das Mercês pertence ao "grupo das que se edificaram em Mariana depois do alinhamento da cidade, ao tempo de Gomes Freire de Andrade".¹⁵¹ Foi construída na "dita quarta travessa" da planta de Alpoim, tendo sido finalizada por volta de 1769. Nela funcionava a Irmandade Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos, criada em 1749 pelos "pretos creoulos (...) para não se igualarem aos africanos, que eram do Rosário".¹⁵² Outra capela dos "homens de cor", a de Nossa Senhora dos Anjos foi, também, construída com simplicidade, tanto na parte interna quanto na exterior, na Rua Nova. Pertencia à Arquiconfraria de São Francisco a Ordem dos Homens Pardos devotos do santo.¹⁵³

Mas a principal obra do episcopado de D. Manuel foi a criação do Seminário de Mariana, "a primeira casa de instrução de toda Minas". Inaugurado em 1750, funcionou em uma grande casa comprada pelo bispo, "na melhor paragem da cidade", como foi informado à S. Majestade.¹⁵⁴ A capela anexa, de N. S. da Boa Morte, que se sobressai do corpo do edifício, é obra de Arouca, o principal construtor de Mariana, e tem pinturas atribuídas ao Mestre Athaide.

Em 1753, segundo a prestação de contas ao rei, encaminhada por D. Manuel, o Seminário já possuía vários bens, principalmente terras, a maior parte fruto de doações. A chácara da Quintanilha havia sido doada à instituição "com obrigação de algumas Missas" em sua intenção, "e para que no Seminário houvesse estudos publicos".¹⁵⁵ Essas terras localizavam-se dentro da sesmaria da Câmara, devendo-lhe, portanto, os foros anuais. A casa da chácara foi ampliada e transformada em Palácio Episcopal, (pagando alugéis ao Seminário) e a casa do Conde de Assumar, que serviu de primeira residência episcopal, ficou conhecida como o "Palácio Velho" dos bispos.

Também por iniciativa de D. Manuel, foi iniciada, por volta de 1752, a construção da igreja de São Pedro dos Clérigos, em uma "poética elevação, a cavaleiro da cidade".¹⁵⁶ A irmandade já se reunia desde 1731 na catedral da Sé, que era, então, apenas a igreja matriz da Vila do Carmo. Por falta de recursos, esta obra foi interrompida várias vezes, tendo sido concluída (externamente) somente no século XX.

¹⁵¹ Salomão de Vasconcellos, *op. cit.*, 1947

¹⁵² Diogo de Vasconcellos, *op. cit.*, 1935

¹⁵³ Salomão de Vasconcellos, *op. cit.*, 1938

¹⁵⁴ Diogo de Vasconcellos, *op. cit.*, 1935

¹⁵⁵ Idem

¹⁵⁶ Salomão de Vasconcellos, *op. cit.*, 1938

Ainda em 1752, foi lançada, numa cerimônia "revestida de pompa excepcional", a pedra fundamental da Igreja do Rosário, no alto dos Monsus, "em boa e vistosa paragem". O edifício foi construído por três irmandades de pretos que se uniram: Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. Até então, essas sociedades vinham se reunindo na antiga capelinha de N. S. do Carmo, em Mata Cavalos, a primeira matriz da vila, que passara a se chamar capela do Rosário e que se encontrava bastante danificada.¹⁵⁷ Após a mudança dessas irmandades para a nova igreja, que foi concluída por volta de 1770, essa capelinha ficou sendo denominada Rosário Velho, até ser adquirida pela irmandade de Santo Antônio.

Em 1756, o Cabido da Sé solicitava ao rei a construção de uma casa própria para as reuniões e, com projeto de Arouca, o edifício foi construído nos fundos da catedral, comportando no pavimento térreo o aljube¹⁵⁸ (atual Museu Arquidiocesano).

Na década seguinte começaram a ser construídos os três edifícios que compõem um dos mais notáveis conjuntos arquitetônicos do Brasil: a Casa da Câmara e Cadeia e as igrejas das Ordens Terceiras de São Francisco e do Carmo. A Praça do Pelourinho, em que se ergueram estes monumentos, pensada para ser o núcleo civil da cidade, teve seu caráter modificado¹⁵⁹ com a construção dos dois templos. O mesmo logradouro passava a congregar os símbolos da justiça e dos poderes civis e religiosos, ilustrando magnificamente o "casamento" dessas instituições, e apontando as elites que moldaram esse espaço urbano.¹⁶⁰

A construção do imponente edifício da Casa da Câmara e Cadeia, no terreno já assinalado desde 1747, com foi visto, iniciou-se em 1768 e foi concluída em 1798, sob a responsabilidade do Mestre Arouca. Nos fundos desse prédio, o construtor reedificou, em 1793, a capelinha da irmandade do Senhor dos Passos¹⁶¹, que existira defronte à cadeia velha, próximo ao largo da Sé e que fora demolida juntamente com a mesma entre 1782 e 1792.

¹⁵⁷ Cônego Raimundo Trindade, *op. cit.*, 1945.

¹⁵⁸ Salomão de Vasconcellos, *op. cit.*, 1938. Porém, segundo o autor, "é crença, que ai nunca se viu trancafiado nenhum coroado", apesar de alguns bem o terem merecido.

¹⁵⁹ Também em outros núcleos coloniais, o crescimento e a modificação dos centros forçou a mudança da destinação de alguns logradouros, como o Terceiro Carmo, no Rio de Janeiro, progressivamente transformado a partir da construção da Cadeia e, mais tarde, do Palácio do Governador, quando se tornou o Largo do Paço. Nestor G. Reis Filho, *op. cit.*, p. 136.

¹⁶⁰ M. Marx, *op. cit.*, 1991.

¹⁶¹ Salomão de Vasconcellos, *op. cit.*, 1947.

Neste ano, os Irmãos da Ordem de São Francisco, que há alguns anos se reuniam no consistório da capela de Santana, decidiram construir seu próprio templo. A irmandade adquiriu "chãos" do antigo Palácio de Assumar, (que havia servido, também, de residência ao bispo D. Manuel e que, nessa época, pertenciam ao padre José Simões), perto da rua e "praça nova" da cidade (a do Pelourinho, que passou a se chamar São Francisco). A princípio, construiu-se apenas uma capela provisória, que comunicava com as outras construções adquiridas pela ordem e que lhe pertencem até hoje. O acabamento da igreja foi terminado somente no século XIX.

Da mesma forma, a Ordem Terceira do Carmo funcionou, durante algum tempo, sem "casa própria", reunindo-se na capela de São Gonçalo. A escolha da mesma praça para construir sua igreja, em "chãos" adquiridos em 1759, gerou protestos dos "rivais" Irmãos de São Francisco, que haviam precedido os do Carmo "na compra da colina próxima, onde já haviam estabelecido a sua casa, e quiseram, por isso, impedir o levantamento de outro templo ali tão perto".¹⁶² A capelinha do Carmo, (depois conhecida como "Carminho Velho", demolida por volta de 1930) precedeu a igreja definitiva, cuja construção, obra de Arouca, se estendeu até 1802.¹⁶³

Portanto, apesar do acabamento interior de alguns desses edifícios ter se estendido até o início do século XIX, pode-se considerar que, no final do Setecentos já se encontrava constituído quase todo o acervo arquitetônico, considerado atualmente "Patrimônio Histórico e Artístico", de Mariana.

Ao longo de todo o século XIX, o espaço de Mariana sofreu pouquíssimas alterações, como pode se observar no mapa síntese do período 1800-1920. Se o declínio da produção de ouro, iniciado em meados do século anterior, não significou estagnação econômica no município de Mariana como um todo, pelo menos em sua sede ele ocasionou, inegavelmente, um "congelamento" de sua paisagem e de suas estruturas urbanas coloniais. Por mais próspera e rentável que se apresentasse, a nova atividade econômica básica do município - a agropecuária - não tinha como corolário o aumento populacional, o desenvolvimento e as transformações urbanas, como ocorreria na mineração. Pouquíssimas edificações foram acrescentadas¹⁶⁴, a

¹⁶² Salomão de Vasconcellos, *op. cit.*, 1947

¹⁶³ Cónego Raimundo Trindade, *op. cit.*, 1945

¹⁶⁴ As duas únicas obras oitocentistas de que fizeram menção os historiadores foram o pequeno "teatro do major Antônio Ribeiro" de 1850, na rua da Intendência, e o Colégio Providência, ampliado e remodelado no século XX. A instituição foi fundada pelas irmãs vicentinas francesas, trazidas à cidade por iniciativas do Bispo D. Viçoso, em 1844

economia se diversificava, mas os valores básicos dos habitantes pouco se alteravam, e assim o espaço setecentista preexistente continuou a abrigar convenientemente a sociedade marianense.

Foi somente no início do século XX que a paisagem de Mariana sofreu algumas mudanças mais significativas, com a chegada da estrada de ferro, em 1914, e a construção, na margem esquerda do ribeirão, do edifício da estação, em 1921, tão "moderno" quanto o da recém criada capital de Minas. Era o início da "cidade nova", como seria conhecida, mais tarde, essa parte da cidade. Não por acaso, nesta mesma época, o destino de Mariana ficaria selado, com a vinda da caravana modernista de Mário de Andrade, que, exaltando o valor nacional do "estilo colonial mineiro", lançaria as bases para a sua preservação. Como ocorrera na Europa oitocentista, foi nesse momento, em que a industrialização começava a modificar a fisionomia dos centros urbanos do país, que as cidades coloniais passaram a constituir objetos do "culto oficial do patrimônio histórico, tornando parte integrante do culto oficial da cultura.¹⁶⁵

¹⁶⁵ Françoise Choay, *L'Allegorie du Patrimoine*. 1ª edição, Paris, Editions du Seuil, 1992 (tradução nossa).